



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

ANEXO IV

PROGRAMA DE PROVAS

1. PROGRAMA DE PROVAS DE CONHECIMENTOS GERAIS

1.1. PROGRAMA DE PROVAS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO DE PORTUGUÊS E MATEMÁTICA PARA OS CARGOS DE:

- a) AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
- b) AUXILIAR DE SERVIÇOS I (OPERÁRIO)
- c) COVEIRO
- d) LAVADOR DE VEÍCULOS
- e) MOTORISTA I
- f) OFICIAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS (PEDREIRO)
- g) OPERADOR DE MÁQUINAS

I - PORTUGUÊS:

Ortografia, uso de S e Z. Emprego de SS, C, Ç, CH, EX, J e G. Divisão silábica: separação e partição de sílabas. Classificação das palavras quanto ao número de sílabas. Acentuação gráfica: princípios básicos (regras), classificação das palavras quanto à posição da sílaba tônica, Classe de palavras (classes gramaticais). Flexões: gênero, número e grau do substantivo e adjetivo. Verbos. Crase. Tipo de Frase e Oração. Tipos de sujeito. Sinônimos e antônimos. Interpretação de texto. Dígrafos. Sufixos e Prefixos. Tipos de predicado. Pronomes de Tratamento. Vozes do verbo. Aumentativo e diminutivo. Substantivos. Pronomes. Acentuação.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA: BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37^a ed. Atualizada pelo Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009. CARNEIRO, A. D. Texto em construção: interpretação de texto. 2^a ed. São Paulo: Moderna, 1998. CIPRO NETO, P.; INFANTE, U. Gramática da língua portuguesa. 2^a ed. São Paulo: Scipione, 2003. CUNHA, C., CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 3^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. FERREIRA, A. B. de H. Dicionário Aurélio da língua portuguesa. 5^a ed. Curitiba: Positivo, 2010. GUIMARÃES, E. A articulação do texto. São Paulo: Ática, 2000. KURY, A. da G. Ortografia, pontuação, crase. 3^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com números naturais. Problemas. Regra de três. Números primos. Transformação em dias, horas, minutos e segundos. Sistema Monetário Brasileiro. Números fracionários. Números decimais. Noções de geometria. Sistema de medidas.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA: DANTE, L. R. Tudo é matemática - 9^o ano. Ensino Fundamental. São Paulo: Ática, 2008. DOLCE, O.; IEZZI, G.; MACHADO, A. Matemática e realidade - 9^o ano. Ensino fundamental. São Paulo: Atual, 2009. IMENES, L. M.; LELLIS, M. Matemática. Ensino fundamental. São Paulo: Moderna, 2010. VASCONCELLOS, M. J. Praticando matemática - 9^o ano. Ensino Fundamental: São Paulo: Editora do Brasil, 2015.



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

1.2. PROGRAMA DE PROVAS DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO DE PORTUGUÊS E MATEMÁTICA PARA O CARGO DE:

a) AUXILIAR DE TRANSPORTE DE SAÚDE

I - PORTUGUÊS:

Interpretação de texto. Sinônimos e Antônimos. Dígrafo. Divisão Silábica. Tipos de Frases. Aumentativo e Diminutivo. Substantivos. Ortografia. Pronomes. Verbo. Acentuação. Leitura, compreensão, e interpretação de texto; Elementos da comunicação e as funções de linguagem; Análise semântica = valor que a palavra adquire no contexto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos; Tipos de composição textual; elementos da estrutura narrativa; elementos da estrutura dissertativa; coesão e coerência textual; descrição objetiva e subjetiva; Linguagem denotativa e conotativa; figuras e vícios de linguagem; Variantes linguísticas; linguagem oral e linguagem escrita; formal e informal; gíria; Função da linguagem e níveis de linguagem, Sílabas = separação silábica, classificação das palavras quanto ao número de sílaba e sílaba tônica; Acentuação = acento agudo, circunflexo e grave; regras de acentuação; ocorrência da crase; Encontro vocálico, encontro consonantal e dígrafo; Ortografia, (Novo Acordo Ortográfico) Pontuação = Empregar corretamente: ponto-final, ponto-e-vírgula, ponto de exclamação, ponto de interrogação, dois-pontos, reticências, aspas, parênteses, colchete e vírgula; Classes de palavras: Substantivos = tipos de substantivos, flexão dos substantivos em gênero, número e grau; Artigos = definidos e indefinidos; Adjetivos = classificação dos adjetivos, flexão dos adjetivos, adjetivos pátrios e locução adjetiva; Verbos = Flexões do verbo: modo, tempo e número; regulares, irregulares, auxiliares, abundantes e defectivos; forma verbal; vozes do verbo; tipos de verbo; Pronomes = pessoais do caso reto, oblíquo e de tratamento, indefinido, possessivo, demonstrativo, interrogativo, relativo; Numerais = flexão dos numerais e emprego; Preposições; Conjunções; Interjeições; Advérbios. Frases: tipos de frase; oração; período simples e composto por coordenação e subordinação; Termos da oração = sujeito (tipos de sujeito) e predicado (tipos de predicado); complementos verbais e complementos nominais; aposto; vocativo; adjunto adnominal e adjunto adverbial; Concordância nominal e verbal; Regência nominal e verbal: Colocação pronominal; Estrutura e formação das palavras; Funções das palavras que e se.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda., 2009. Dicionários de Língua Portuguesa. SACONNI, Luiz Antônio. Nossa gramática completa Sacconi: teoria e prática. 31 ed. São Paulo: Nova Geração, 2011. Novo Acordo Ortográfico.

II - MATEMÁTICA:

Números Naturais. Operações Fundamentais. Números Fracionários. Números Decimais. Noções Geométricas. Sistemas de Medidas. Conjunto dos números naturais: a numeração decimal; operações e resoluções de problemas. Múltiplos e divisores de um número natural: divisibilidade; máximo divisor comum; mínimo múltiplo comum. Números fracionários: operações com números fracionários; resoluções de problemas. Frações e números decimais: Operações com números decimais. Sistema Métrico Decimal: Perímetro de figuras planas. Áreas de figuras planas (triângulos, quadriláteros, círculos e polígonos regulares). Conjunto dos números inteiros relativos: Operações e resoluções de problemas. Conjunto dos números racionais: Resolução de equações do 1º grau. Resolução de problemas. Razão e proporção. Propriedades das proporções. Divisão proporcional. Média aritmética simples e ponderada. Regra de três simples. Regra de três, composta. Porcentagem, juros simples e montante. Conjunto dos números reais: Operações com polinômios. Produtos notáveis. Fatoração. Sistemas de equações do 1º grau com duas incógnitas. Equações do 2º grau. Resolução de problemas. Relações métricas e trigonométricas nos triângulos retângulos: aplicação do teorema de Pitágoras. Funções: Função do 1º grau. Função quadrática. Função exponencial. Função logarítmica. Análise Combinatória Simples. Geometria sólida: prismas e pirâmides, cilindros e cones, esfera - áreas e volumes.



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BIGODE, Antônio José Lopes; GIMENEZ, Joaquim. Matemática do Cotidiano & suas Conexões, 3º, 4º 5º, 6º, 7º, 8º e 9º ano. São Paulo: FTD. DANTE, Luiz Roberto. Projeto Apis Matemática - Ensino Fundamental I. São Paulo: Ática. GIOVANNI, José Ruy; GIOVANNI Jr., José Ruy. A Conquista da Matemática, 5º, 6º e 7º ano. São Paulo: FTD.

1.3. PROGRAMA DE PROVAS DE NÍVEL MÉDIO DE PORTUGUÊS PARA OS CARGOS DE:

- a) AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
- b) ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
- c) ASSISTENTE EDUCACIONAL
- d) AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
- e) AUXILIAR DE CRECHE
- f) AUXILIAR DE TRANSPORTE ESCOLAR
- g) TÉCNICO EM ENFERMAGEM

I - PORTUGUÊS:

Compreensão e interpretação de textos. Gêneros e tipos de texto. Articulação textual: operadores sequenciais, expressões referenciais. Coesão e coerência textual. Identificação, definição, classificação, flexão e emprego das classes de palavras; formação de palavras. Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Colocação pronominal. Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos. Acentuação gráfica. Ortografia. Pontuação. Variação linguística. Interpretação de texto. Sinônimos e Antônimos. Dígrafo. Divisão Silábica. Tipos de Frases. Aumentativo e Diminutivo. Substantivos. Ortografia. Pronomes. Verbo. Acentuação. Leitura, compreensão, e interpretação de texto; Elementos da comunicação e as funções de linguagem; Análise semântica = valor que a palavra adquire no contexto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos; Tipos de composição textual; elementos da estrutura narrativa; elementos da estrutura dissertativa; coesão e coerência textual; descrição objetiva e subjetiva; Linguagem denotativa e conotativa; figuras e vícios de linguagem; Variantes linguísticas; linguagem oral e linguagem escrita; formal e informal; gíria; Função da linguagem e níveis de linguagem, Sílabas = separação silábica, classificação das palavras quanto ao número de sílaba e sílaba tônica; Acentuação = acento agudo, circunflexo e grave; regras de acentuação; ocorrência da crase; Encontro vocálico, encontro consonantal e dígrafo; Ortografia, (Novo Acordo Ortográfico) Pontuação = Empregar corretamente: ponto-final, ponto-e-vírgula, ponto de exclamação, ponto de interrogação, dois-pontos, reticências, aspas, parênteses, colchete e vírgula; Classes de palavras: Substantivos = tipos de substantivos, flexão dos substantivos em gênero, número e grau; Artigos = definidos e indefinidos; Adjetivos = classificação dos adjetivos, flexão dos adjetivos, adjetivos pátrios e locução adjetiva; Verbos = Flexões do verbo: modo, tempo e número; regulares, irregulares, auxiliares, abundantes e defectivos; forma verbal; vozes do verbo; tipos de verbo; Pronomes = pessoais do caso reto, oblíquo e de tratamento, indefinido, possessivo, demonstrativo, interrogativo, relativo; Numerais = flexão dos numerais e emprego; Preposições; Conjunções; Interjeições; Advérbios. Frases: tipos de frase; oração; período simples e composto por coordenação e subordinação; Termos da oração = sujeito (tipos de sujeito) e predicado (tipos de predicado); complementos verbais e complementos nominais; apostrofo; vocativo; adjunto adnominal e adjunto adverbial; Concordância nominal e verbal; Regência nominal e verbal: Colocação pronominal; Estrutura e formação das palavras; Funções das palavras que e se.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013. KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto. NEVES, Maria Helena de Moura. Guia de uso do português: confrontando regras e usos. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2012. SACCONI, Luiz Antônio. Nossa Gramática Completa. 31ª ed. São Paulo: Nova Geração, 2011. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS.



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda., 2009. Dicionários de Língua Portuguesa. SACONNI, Luiz Antônio. Nossa gramática completa Sacconi: teoria e prática. 31 ed. São Paulo: Nova Geração, 2011. Novo Acordo Ortográfico.

1.4. PROGRAMA DE PROVAS DE NÍVEL MÉDIO DE MATEMÁTICA PARA OS CARGOS DE:

- a) ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
- b) ASSISTENTE EDUCACIONAL
- c) AUXILIAR DE CRECHE
- d) AUXILIAR DE TRANSPORTE ESCOLAR

I - MATEMÁTICA:

Conjunto dos números naturais: a numeração decimal; operações e resoluções de problemas. Múltiplos e divisores de um número natural: divisibilidade; máximo divisor comum; mínimo múltiplo comum. Números fracionários: operações com números fracionários; resoluções de problemas. Frações e números decimais: Operações com números decimais. Sistema Métrico Decimal: Perímetro de figuras planas. Áreas de figuras planas (triângulos, quadriláteros, círculos e polígonos regulares). Conjunto dos números inteiros relativos: Operações e resoluções de problemas. Conjunto dos números racionais: Resolução de equações do 1º grau. Resolução de problemas. Razão e proporção. Propriedades das proporções. Divisão proporcional. Média aritmética simples e ponderada. Regra de três simples. Regra de três, composta. Porcentagem, juros simples e montante. Conjunto dos números reais: Operações com polinômios. Produtos notáveis. Fatoração. Sistemas de equações do 1º grau com duas incógnitas. Equações do 2º grau. Resolução de problemas. Relações métricas e trigonométricas nos triângulos retângulos: aplicação do teorema de Pitágoras. Funções: Função do 1º grau. Função quadrática. Função exponencial. Função logarítmica. Análise Combinatória Simples. Geometria sólida: prismas e pirâmides, cilindros e cones, esfera - áreas e volumes.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BEZERRA, Manoel Jairo e outro. Matemática para o Ensino Médio. Editora Scipione, Volume Único. DANTE, Luiz Roberto. Matemática Contexto & Aplicações. Editora Ática, 2003, Volume Único. FACCHINI, Walter. Matemática. São Paulo: Editora Saraiva, 2001, Volume único. GENTIL, Nelson e Outros. Matemática para o Ensino Médio, São Paulo: Editora Ática. Volume Único. IEZZI, Gelson e Outros. Matemática. São Paulo: Editora Atual. Volume Único. IEZZI, Gelson e Outros. Coleção Fundamentos de Matemática Elementar. Editora Atual. Outras publicações pertinentes

1.5. PROGRAMA DE PROVAS DE NÍVEL SUPERIOR DE PORTUGUÊS PARA OS CARGOS DE:

- a) ADVOGADO
- b) ASSISTENTE SOCIAL
- c) ENFERMEIRO
- d) ENGENHEIRO CIVIL
- e) FONOAUDIÓLOGO
- f) MÉDICO - PSF
- g) MÉDICO PSQUIATRA
- h) NUTRICIONISTA
- i) ODONTÓLOGO - PSF
- j) PEDAGOGO
- k) PROFESSOR PI
- l) PROFESSOR PII - EDUCAÇÃO FÍSICA
- m) PSICÓLOGO
- n) FISIOTERAPEUTA



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

I - PORTUGUÊS:

Compreensão e interpretação de textos. Gêneros e tipos de texto. Articulação textual: operadores sequenciais, expressões referenciais. Coesão e coerência textual. Identificação, definição, classificação, flexão e emprego das classes de palavras; formação de palavras. Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Colocação pronominal. Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos. Acentuação gráfica. Ortografia. Pontuação. Variação linguística. Estudo de texto, formação de palavras, emprego do nome, emprego de tempos e modos verbais, aspectos gerais e casos particulares, aspectos gerais e casos particulares, estrutura do período e da oração: aspectos sintáticos e semânticos, variação linguística: as diversas modalidades do uso da língua. Noções de teoria do signo linguístico. Linguagem, língua e fala; significante e significado; significação. Arbitrariedade e motivação; linearidade. Referente, referência, representação, sentido. Denotação e conotação. A teoria da enunciação e a produção do texto escrito: enunciação e enunciado; processo de enunciação e funções da linguagem. Texto e discurso. Intertextualidade e polifonia. Linguagem e variação linguística. Tipos de variação linguística; dialetos e registros. A variação linguística na Língua Portuguesa do Brasil. A variação linguística e a construção do texto escrito. Formalidade e informalidade. Gêneros textuais. Língua e gramática: Concepções de gramática; tipos de gramática. Correção e incorreção. Propriedade e impropriedade. Língua Portuguesa (padrão culto): Grupos vocálicos. Divisão silábica. Estrutura de palavras. Flexões do substantivo. Flexões do adjetivo. Verbos: classificação, conjugação, predicação. Pronomes: classificação e seu emprego. Palavras homônimas, parônimas, cognatas e sinônimas. Propriedade vocabular. Estrutura da oração e do período. Regência verbal e nominal. Emprego dos tempos e modos verbais. Sintaxe de colocação.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013. KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto. NEVES, Maria Helena de Moura. Guia de uso do português: confrontando regras e usos. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2012. SACCONI, Luiz Antônio. Nossa Gramática Completa. 31ª ed. São Paulo: Nova Geração, 2011. <http://www.reformaortografica.com>

1.6. PROGRAMA DE PROVAS DE NOÇÕES DE INFORMÁTICA PARA OS CARGOS DE:

a) **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**

b) **ASSISTENTE EDUCACIONAL**

I - NOÇÕES DE INFORMÁTICA:

Conceitos e modos de utilização de aplicativos para edição de textos, planilhas e apresentações: Ambiente Microsoft office, conceitos e modos de utilização de ferramentas e aplicativos de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa. Ambiente office profissional 2016. Sistemas operacionais: família Windows. Conceitos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet. Configurações básicas do Sistema Operacional (painel de controle); organização de pastas e arquivos; operações de manipulação de pastas e arquivos (criar, copiar, mover, excluir e renomear). Conhecimento do pacote Office: Microsoft PowerPoint 2007 ou superior, Editor de texto Microsoft Word 2007 ou superior: Criação, edição, formatação e impressão; criação e manipulação de tabelas; inserção e formatação de gráficos e figuras; geração de mala direta. Planilha eletrônica Microsoft Excel 2007 ou superior: criação, edição, formatação e impressão; utilização de fórmulas; geração de gráficos; classificação e organização de dados. Conhecimentos de internet: Noções básicas; correio eletrônico (receber e enviar mensagens; anexos;



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

catálogos de endereço; organização das mensagens); navegadores (Internet Explorer, Google Chrome e Firefox); nuvem (cloudstorage). Conceitos de segurança da informação: noções básicas. Windows 10. Word versão 2016. Excel 2016.

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA: CERT.BR - Centro Estudo, Resposta e tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil. Cartilha de segurança para internet. Disponível em: < <https://cartilha.cert.br/>>. Manuais da Microsoft, disponíveis em: <https://support.microsoft.com/pt-br/>; <https://support.microsoft.com/pt-br/products/internet-explorer/>; <https://support.office.com/pt-br/>; <https://support.office.com/pt-BR/Excel/>; <https://support.office.com/pt-BR/Outlook/>; <https://support.office.com/pt-BR/Word/>. Manuais on-line do Google Chrome. Manuais on-line do Internet Explorer 8.0 ou superior. Manuais on-line do Microsoft Excel 2007 ou superior. Manuais on-line do Microsoft Word 2007 ou superior. Manuais on-line do Mozilla Firefox. Manuais on-line do Sistema Operacional XP, Windows 7 e Windows 10.



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

2. PROGRAMA DE PROVAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

2.1. ADVOGADO

I - DIREITO ADMINISTRATIVO:

1) Conceito, objeto e fontes do Direito Administrativo. 2) Princípios gerais e constitucionais do Direito Administrativo brasileiro. 3) Organização administrativa: administração direta e indireta, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e entidades paraestatais. 4) Atos administrativos. 4.1 - Conceito, requisitos, elementos pressupostos e classificação. 4.2 - Vinculação e discricionariedade. 4.3 - Revogação, invalidação e convalidação. 5) Licitação (Lei 8666/93 e Lei 10.520/02). 5.1 - conceito, finalidades, princípios e objeto. 5.2 - Obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação. 5.3 Modalidades. 5.4 - Procedimento, revogação e anulação. 5.5 - Sanções penais. 5.6 - Normas Gerais de licitação. 6) Contratos administrativos. 6.1 - Conceito, peculiaridades e interpretação. 6.2 - Formalização. 6.3 Execução, inexecução, revisão e rescisão. 7) Agentes públicos. 7.1 - Servidores públicos: normas constitucionais; direitos e deveres; responsabilidades dos servidores públicos (LC 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal). 7.2 - Poderes administrativos. 8) Serviços públicos: conceito e classificação; regulamentação e controle; competências para prestação do serviço; serviços delegados a particulares; concessões, permissões e autorizações; convênios e consórcios administrativo. 9) Domínio público: conceito e classificação dos bens públicos; administração, utilização e alienação dos bens públicos; imprescritibilidade, impenhorabilidade e não oneração dos bens públicos; aquisição de bens pela administração. 10) Responsabilidade civil da administração: conceito, tipos e formas de controle. 11) Desapropriação. 12) Poderes administrativos. 13) Improbidade Administrativa (Constituição Federal e Lei 8429/92). 14) Processo administrativo. 14.1) Processo administrativo disciplinar.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (texto atualizado). DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas. Lei n.º 8.666, de 21-6-93 (com suas alterações). MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros. MOREIRA NETTO, Diogo de Figueiredo. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense. MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Curso de direito administrativo. Belo Horizonte: Lê. SOUZA, Adriano Stanley Rocha. Direito das Coisas. Ed. Del Rey. Belo Horizonte

II - DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição: conceito, conteúdo, estrutura e classificação; interpretação e aplicação das normas constitucionais. 2) Poder constituinte; 2.1 - Emenda à Constituição. 3) Hierarquia das normas jurídicas. 3.1 - Princípio da supremacia da Constituição. 3.2 - Controle de constitucionalidade: difuso e concentrado. 4) Conceitos do Estado e de Nação. 4.1 - Elementos constitutivos do Estado. 4.2 - Formas de Estado, Formas de Governo. 5) Organização do Estado Brasileiro: divisão espacial do poder. 5.1 - Estado Federal. 5.2 - União. 5.3 - Estados Federados. 5.4 - Municípios: criação, competência e autonomia. 5.5 - Repartição de competências. 6) Sistema Tributário Nacional. 7) Princípios gerais da administração pública. 7.1 - Servidores públicos. 8) Poder Legislativo. 8.1 - Estrutura e funções. 8.2 - Organização, funcionamento atribuições. 8.3 - Processo legislativo. 8.4 - Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 9) Poder Executivo: atribuições e responsabilidades. 9.1 - Estrutura e funções. 9.2 - Crimes de responsabilidade. 10) Poder Judiciário: jurisdição, organização, competência e funções. 10.1 - Súmulas Vinculantes. 11) Finanças Públicas. 11.1 - Normas gerais. 11.2 - Orçamento



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

Público. 12) Direitos e garantias fundamentais. 12.1 - Habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção, 12.2 - Ação Civil Pública e Ação Popular. 13) Ordem econômica e financeira. 14) Da Política Urbana.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (texto atualizado). BASTOS, Celso Ribeiro e MARTINS, Ives Gandra. Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (texto atualizado até a data do encerramento das inscrições no concurso). CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. (texto atualizado até a data do encerramento das inscrições no concurso). CRETELLA JÚNIOR, Jose. Comentários à Constituição Brasileira de 1988. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Forense Universitária. FERREIRA FILHO. Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva. FERREIRA PINTO. Comentários à constituição brasileira. São Paulo: Saraiva. _____. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva. HORTA, José Afonso da. Estudos de direito constitucional. Belo Horizonte: Del Rey. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros.

III - DIREITO CIVIL

1) Das pessoas (naturais e jurídicas) 1.2 - Capacidade e estado das pessoas. 1.2.1 - Emancipação. 1.3 - Domicílio e residência. 2) Dos bens. 3) Dos Fatos jurídicos. 3.1 - Negócio jurídico. 3.2 - Atos jurídicos lícitos. 3.3 - Atos jurídicos ilícitos. 4) Prescrição e decadência. 5) Da prova. 6) Direitos das obrigações. 6.1 - Conceitos e fontes. 6.2 - Das modalidades das obrigações. 6.3 - Do adimplemento e extinção das obrigações: conceitos gerais. 6.4 - Do inadimplemento das obrigações: mora; perdas e danos; juros legais; cláusula penal. 7) Dos contratos em geral. 7.1 - Disposições gerais. 7.2 - da formação dos contratos. 7.3 - Vícios redibitórios. 7.4 - Da evicção. 7.5 - Da extinção do contrato. 7.6 - Do distrato. 7.8 - Da cláusula resolutiva. 7.9 - Da exceção do contrato não cumprido. 7.10 - Da resolução por onerosidade excessiva. 8) Da responsabilidade civil. 8.1 - Responsabilidade contratual e extracontratual. 8.2 - Responsabilidade objetiva e subjetiva. 8.3 - Obrigação de indenizar. 8.4 - Do dano e sua reparação.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. São Paulo: Saraiva. (edição atualizada). FIUZA, César. Direito civil: curso completo. Belo Horizonte: Del Rey (edição atualizada). Lei n.º 10.406, de 10-1-2002 (novo Código Civil Brasileiro). Lei n.º 8.078, de 11-9-90 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor (com suas alterações).

IV - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1) Direito Processual: Conceito. 2) Os meios adequados de solução de conflitos. 3) Movimentos de acesso à justiça e seus desdobramentos no Brasil: instrumentalidade, efetividade e adequação. 4) Normas Fundamentais e Princípios Gerais do Direito Processual Civil. 5) A Norma Processual. 6) Jurisdição. 7) Desjudicialização e as hipóteses de transferência das hipóteses de jurisdição voluntária para a estrutura cartorária. 8) Organização Judiciária Federal e Estadual. 9) Conselho Nacional de Justiça. 10) A ação e o direito de defesa. 10.1. Condições para o regular exercício do direito de ação. 11) Competência. 11.1. Incompetência. 11.2. Competência interna e internacional. 11.3. Modificação da competência. 12) Sujeitos do Processo: Juiz. Partes. 13) Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros. 14) Intervenção anômala da União. 15) Amicus Curiae. 16) Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. 17) O Advogado: o Estatuto da OAB e o Código de Ética. 18) Advocacia Pública e Defensoria Pública. 19) O Juiz e o Estatuto Jurídico da Magistratura. 19.1. Poderes e deveres dos magistrados. 19.2. Suspeição, impedimento e responsabilidade civil dos juizes. 20) Os auxiliares da Justiça. 21) O Ministério Público e seu Estatuto Jurídico: O M.P. na Constituição de 1988 e a participação do M.P. no CPC. 22) Processo. Classificação dos Processos. 22.1. Processo de conhecimento. 22.2. Processo de execução. 22.3. Modalidades de procedimentos: procedimento comum e procedimentos especiais. 23)



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

Aspectos Econômicos e Éticos do Processo: O custo do processo e a concessão da gratuidade aos hipossuficientes. 23.1. A Repressão à má-fé na relação processual. 23.2. Responsabilidade por dano processual. 23.3. Dever de colaboração. 24) Processo Eletrônico. 24.1. A Lei 11.419/2006 e os atos normativos do CNJ. 25) Atos Processuais. 25.1. Teoria Geral e Espécies. 25.2. Nulidades. 25.3. Ineficácia. 25.4. Convenções processuais. 25.5. Processo calendário. 25.6. ordem pública processual. 26) Relação Jurídica Processual e Pressupostos Processuais. 27) Objeto da Cognição: Questões Prévias. 27.1. Conceito. 27.2. Questão Prévia Preliminar. 27.3. Questão Prévia Prejudicial. 27.4. Questão Principal. 28) Juizados Especiais. 28.1. Juizados Especiais Cíveis. 28.2. Juizados Especiais Federais. 28.3. Juizados da Fazenda Pública. 29) Tutela Coletiva. 29.1. Espécies de direitos metaindividuais. 29.2. Princípios da tutela coletiva. 29.3. Inquérito civil. 29.4. Termo de Ajustamento de Conduta. 29.5. Audiência Pública. 29.6. Recomendação. 29.7. A mediação na tutela coletiva. 29.8. A tutela coletiva e a ordem econômica. 30) A Fazenda Pública em Juízo. 30.1. A mediação e a Administração Pública. 31) Processo de conhecimento. 31.1. Petição Inicial. 31.2. Valor da causa. 32) Citação. 32.1. Efeitos e modalidade de citação. 33) Formação e suspensão do processo. 33.1. Estabilização da demanda. 33.2. Suspensão própria e imprópria. 34) Resposta do réu. 34.1. Espécies de defesa. 34.2. Arguição de impedimento e suspeição. 34.3. Contestação. 34.4. Reconvenção. 35) Revelia. 35.1. Efeitos da revelia. 36) Fatos impeditivos, modificativos e extintivos do pedido. 37) Alegações do réu. 38) Julgamento conforme o estado do processo: Extinção parcial e total do processo. 38.1. Julgamento antecipado total e parcial da lide. 38.2. Audiência de conciliação e de mediação. 38.3. Despacho saneador. 38.4. Julgamento liminar de improcedência. 39) Extinção do processo. 39.1. Sentença definitiva e terminativa. 39.2. Coisa julgada material e formal. 40) Tutelas Provisória: urgência e evidência. 40.1. Tutela de urgência cautelar e antecipatória. 40.2. Tutela de urgência antecedente e incidente. 40.3. Estabilização da tutela antecipada. 40.4. A tutela provisória em face da Fazenda Pública. 40.5. Tutela inibitória. 41) Teoria Geral das Provas. 41.2. Meios de prova. 41.3. Ônus da prova: carga estática e dinâmica da prova. Inversão do ônus da prova. 41.4. Provas lícitas, ilícitas, legítimas e ilegítimas. 41.5. Prova emprestada. 41.6. Prova indiciária. 41.7. Sistema de valoração da prova. 41.8. Fases do procedimento probatório. 41.9. Poderes probatórios do juiz. 42) Provas em espécie. 43) Audiência de instrução e julgamento. 44) Memorais e alegações finais. 45) Sentença. 45.1. Elementos essenciais da sentença. 45.2. Dever de motivação analítica das decisões judiciais. 45.3. Tutela específica da obrigação de fazer, não fazer e entrega da coisa. 46) Coisa Julgada. 46.1. Formação. 46.2. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada. 46.3. Preclusão. 46.4. Sistema das preclusões dinâmicas. 46.5. As questões prejudiciais e a coisa julgada. 47) Teoria Geral dos Recursos. Legitimidade e Interesse para recorrer. 47.1. Princípios relativos aos recursos. 48) Remessa Necessária e Recursos em Espécie. 48.1. Apelação. 48.2. Agravo. 48.3. Agravo interno. 48.4. Agravo de Instrumento. 48.5. Agravo nas hipóteses de inadmissão de recursos especial e extraordinário. 48.6. O prosseguimento do julgamento na hipótese do art. 942 do CPC/2015. 48.7. Embargos de Declaração. 48.8. Embargos de declaração com efeitos infringentes. 48.9. Embargos de declaração prequestionatórios. 48.10. Embargos de declaração protelatários. 48.11. Uso dos meios eletrônicos. 49) Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça. 49.1. O uso do processo eletrônico pelos Tribunais Superiores. 50) Da Ordem dos Processos no Tribunal. 50.1. Precedentes. 50.2. Reclamação. 50.3. Súmulas. 50.4. Incidente de assunção de competência. 50.5. Incidente de resolução de demandas repetitivas. 50.6. Julgamento repetitivo de recursos especiais e extraordinários. 50.7. Repercussão geral. 51) Incidentes e ações autônomas de impugnação. 51.1. conflito de competência. 51.2. Declaração de Inconstitucionalidade. 51.3. Homologação de decisão estrangeira. 51.4. Ação Rescisória. 51.5. Ação anulatória. 52. Teoria geral da execução. 52.1. Princípios da Execução. 52.2. Meios de execução. 52.3. As partes na relação processual executiva. 52.4. Liquidação de Sentença. 52.5.



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

Requisitos da Execução. 52.6. Inadimplemento do devedor. 52.7. Título Executivo. 52.8. Modalidades de Títulos Executivos Judicial e Extrajudicial. 52.9. Cumulação de Execuções. 52.10. Responsabilidade Patrimonial. 52.11. Fraude à execução e fraude contra credores. 52.12. Cumprimento de sentença: teoria geral e espécies de procedimentos. 52.13. O protesto da decisão judicial. 52.14. A negatização do nome do devedor. 52.15. A hipoteca judiciária. 52.16. A penhora on line e seu procedimento. 53) Suspensão e Extinção da Execução. 54) Defesa do Executado. 54.1. A impugnação. 54.2. Embargos à Execução. 54.3. Objeção de pré-executividade. 54.4. A defesa do Executado após a apresentação dos embargos. 54.5. Os embargos de terceiro e a atividade executiva. 55) Procedimentos Especiais de Jurisdição contenciosa. 56) Procedimentos especiais de jurisdição voluntária e procedimentos especiais previstos em legislação extravagante. 57) Usucapião no Estatuto da Cidade. 58) Alienação fiduciária em garantia. 59) Registros Públicos. 60) Usucapião especial. 61) Direito Intertemporal. 62) Disposições finais e transitórias do CPC/2015. 62.1. Conflito de leis no tempo. 63) Aplicação do CPC/2015 aos processos iniciados antes de sua vigência. 64) Aplicação das normas do CPC/2015 aos procedimentos especiais previstos em leis extravagantes. 65) Ação Civil Pública. 66) Ação Popular. 67) Mandado de Segurança.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (Lei n.º 13.105, de 16/03/2015 - texto atualizado). O Novo Processo Civil Brasileiro, Atlas. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Legislação Correlata de Direito Civil e Processo Civil. DIDIER Jr., Fredie. Curso de Direito Processual Civil - Reescrito Com Base No Novo CPC. Juspodivm. THEODORO, Jr. Curso de Direito Processual Civil.

V - DIREITO MUNICIPAL

1) A posição constitucional do Município brasileiro na Constituição de 1988. 2) As Leis Orgânicas Municipais. 3) A Lei Orgânica do Município Senador Firmino. 4) A Autonomia Municipal e as competências constitucionais do Município. 4) Interesse local. 5) Remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e servidores municipais. 5.1 - O subsídio dos vereadores municipais. 6) Intervenção nos Municípios. 7) Estrutura política municipal. 7.1 - O poder executivo municipal. 7.2 - O poder legislativo municipal. 8) Administração pública municipal. 8.1 - Criação, desmembramento, anexação, incorporação e fusão de Municípios. 8.2 - A Fiscalização do Município. 8.3 - O Controle Interno. 8.4 - O Controle Externo - 9) Competência dos Tribunais de Contas. 9.1 - O Controle Popular. 9.2 - Controle dos atos municipais pelos Tribunais - meios processuais cabíveis. 10) Finanças Municipais. 10.1 - A atividade financeira do Município. 10.2 - Fiscalidade e extrafiscalidade. 10.3 - Receita Pública. 10.4 - Modalidades. 10.5 - Receitas correntes e receitas de capital. 10.6 - Fases da receita pública. 10.7 - Impostos e taxas municipais. 10.8 - Contribuição de melhoria. 10.9 - Contribuições para-fiscais. 10.10 - Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública. 10.11 - 10.12 - Empréstimos. 10.13 - Limite do endividamento. 10.14 - Garantias. 10.15 - Formalidades. 10.16 - Dívida pública. 10.17 - Títulos públicos. 10.18 - Despesa pública. 10.19 - Técnica de realização. 10.20 - Fases da despesa pública. 11) A Lei de Responsabilidade Fiscal. 12) O Poder de Polícia Municipal. 13) Inconstitucionalidade de Lei Municipal. 13.1 - A arguição direta de inconstitucionalidade. 13.2 - Incidentes de Inconstitucionalidade. 14) Orçamento municipal. 14.1 - Elaboração. 14.2 - Tipos. 14.3 - Princípios. 14.4 - Natureza. 14.5 - Matéria orçamentária. 14.6 - Execução. 14.7 - Créditos adicionais. 14.8 - O Plano plurianual. 14.9 - A Lei de diretrizes orçamentárias. 14.10 - A lei do orçamento anual. 14.11 - Princípios Orçamentários. 14.12 - Receita e Despesa. 15) Processo de Municipalização das Políticas Públicas. 16) O Sistema Único de Saúde e as atribuições do Município. 16.1 - A Lei Orgânica da Saúde. 17) O Estatuto da Criança e do Adolescente e a municipalização do atendimento. 17.1 - O Conselho Tutelar. 17.2 - O Conselho Municipal de Direitos. 18) O Código de Trânsito e a atribuição dos Municípios no sistema nacional. 19) A Lei Orgânica da Assistência Social e as atribuições do Município. 20) A atribuição constitucional em matéria



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

de educação. 20.1 - A lei de Diretrizes e Bases. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF. 21) Participação Popular no Município. 21.1 - A participação popular como forma de exercício da cidadania. 21.2 - A democracia participativa. 21.3 - As formas de democracia participativa previstas na Lei Orgânica Municipal de Senador Firmino. 21.4 - Os Conselhos populares, os Conselhos Municipais, as audiências públicas. 21.5 - O plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. 21.6 - O Orçamento Participativo. 22) Responsabilidade dos prefeitos. 22.1. Responsabilidade penal dos Prefeitos. 22.2 - Infrações político-administrativas dos Prefeitos. 22.3. Aplicação do Decreto-Lei nº 201/67 aos prefeitos municipais. 23) Organização judiciária do Estado de Minas Gerais em matéria penal atinente a Prefeitos. 24) Os atos de improbidade Administrativa previstos no Estatuto da Cidade.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (texto atualizado). _____, Decreto-Lei nº 201/67, e suas alterações. _____, Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000. _____, Lei nº 11.494/07, e suas alterações. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito municipal brasileiro. São Paulo: Malheiros. Lei Orgânica Municipal.

VI - DIREITO TRIBUTÁRIO

1) Sistema Tributário Nacional. 2) Princípios constitucionais tributários. 3) Competência tributária. 3.1 - competência tributária. 3.2 - limitações da competência tributária. 3.3 - capacidade tributária ativa. 4) Fontes do Direito Tributário. 4.1 - Hierarquia das normas. 4.2 - Vigência e aplicação da legislação tributária no tempo e no espaço. 4.3 - Incidência, não incidência, imunidade, isenção e diferimento. 5) Obrigação tributária: principal e acessória; fato gerador; efeitos, validade ou invalidade dos atos jurídicos. 5.1 - Sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária: contribuinte e responsável. 5.2 - Solidariedade. 5.3 - A imposição tributária. 5.4 - Domicílio tributário. 6) Responsabilidade tributária: sucessores, terceiros, responsabilidade nas infrações, responsabilidade dos diretores e gerentes das pessoas jurídicas de direito privado por dívidas sociais. 7) Crédito tributário: constituição, lançamento, natureza jurídica. 7.1 - Modalidades, suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. 8) Administração tributária: fiscalização, sigilo, auxílio da força pública, excesso de exação. 9) Dívida ativa: inscrição, presunção de certeza e de liquidez, consectários. 10) Certidões negativas. 11) As grandes espécies tributárias: impostos, taxas, contribuições e empréstimos compulsórios. 12) Evasão e elisão tributárias. 13) Noções dos processos administrativo e judicial tributário. 14) Crimes contra a ordem tributária. 15) Execução fiscal. 16) Lei de Diretrizes Orçamentárias. 17) Controle e fiscalização financeira: sistema de controle externo e interno, Tribunal de Contas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (texto atualizado). BRASIL. CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL e legislação complementar (texto atualizado). CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. São Paulo: Saraiva. NOGUEIRA, Ruy Barbosa. Direito tributário. São Paulo: Saraiva.

2.2. AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

I - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Organização dos Serviços de Saúde no Brasil - Sistema Único de Saúde: princípios e diretrizes do SUS, controle social - organização da gestão do SUS, financiamento do SUS, legislação do SUS, normalização complementar do SUS. Processo saúde - doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica.



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

Bibliografia Sugerida: Lei Federal nº. 8.080, de 19/09/1990, Lei Federal nº. 8.142, de 28/12/1990. BRASIL, Constituição Federal de 1988 - Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, da Saúde. BRASIL, Legislação Federal, Leis Federais nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90. BRASIL, Ministério da Saúde. CENEPI/FNS Doenças infecciosas e parasitárias: manual de bolso: aspectos clínicos, vigilância epidemiológica e medidas de controle - Anexo. Brasília, 1999. Doenças de Notificação Compulsória. BRASIL, Ministério da Saúde. Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS: NOAS 01/2002/DOU: 28/02/2002. BRASIL, Ministério da Saúde. Carta dos direitos dos usuários da saúde. 2º edição. 2007. Lei 13317/99 - Código de Saúde do Estado de Minas Gerais - Estabelece normas para a promoção e a proteção da saúde no Estado e define a competência do Estado no que se refere ao Sistema Único de Saúde - SUS. Lei 9782/99 - Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. Guia de Vigilância em saúde: volume único [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em saúde, Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em serviços. - 2. Ed. - Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 705 p.: il. BRASIL. CARTILHA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA Agência Nacional de Vigilância Sanitária. 2a. edição. Bahia, Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Departamento de Vigilância da Saúde. Divisão de Vigilância Sanitária Coletânea de Legislação Básica em Vigilância Sanitária. Salvador, 1998. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. - Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 176 p. : il. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. - 5. ed. - Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

2.3. ASSISTENTE SOCIAL (CRAS E CAPS)

I - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O trabalho do assistente social com a questão social nas diferentes expressões cotidianas; problemas e necessidades da população. • O Serviço Social nas relações sociais no Brasil; ações de promoção social dos indivíduos integrando-os à sociedade. • O Serviço Social no desenvolvimento de programas, projetos e pesquisas na implantação de políticas sociais; análises socioeconômicas dos habitantes do município. • Atendimentos / orientações / informações aos usuários, aos grupos, à comunidade e /ou clientes dos serviços. • Competências e habilidades do profissional.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002. BATISTA, Myrian Veras. Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000. _____. Investigação em Serviço Social. São Paulo: Veras Editora: CPIHTS, 2006. Código de Ética do Assistente Social e a Lei n. 8662/93. IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2005. (primeira parte). PEREIRA, Potyara A. P. Política Social Temas & Questões. São Paulo: Cortez, 2008. Revista Serviço Social & Sociedade. Ano XXVIII. Junho de 2007. Gestão Pública. São Paulo: Cortez, 2007. BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. BRASIL. Lei nº 11340 de 07 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha. BRASIL. Lei 10836, de 09 de janeiro de 2004. Programa Bolsa Família. BRASIL. Lei n. 8742 de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social. Dispõe sobre a organização da assistência social e dão outras providencias. BRASIL. Lei n. 10. 741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre Estatuto do Idoso e dão outras



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

providências. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - guia de orientação n.1. Disponível em: < www.mds.gov.br > Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social. Disponível em: < www.mds.gov.br > Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004, Brasília, 2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Sistema Único de Assistência Social. Norma Operacional Básica - NOB/SUAS. Brasília, julho, 2005.

2.4. AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

I - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Princípios e normas do exercício da profissão. Código de ética odontológica. Princípios de biossegurança em odontologia: limpeza, desinfecção, antisepsia e esterilização; limpeza do ambiente de trabalho; infecção cruzada: vias de transmissão e principais doenças; equipamento de proteção individual. Ergonomia: técnicas de trabalho a quatro e a seis mãos; instrumentação. Materiais de uso odontológico: técnicas de manipulação; armazenamento. Preparo de bandejas clínicas e cirúrgicas; preenchimento de fichas clínicas; preparo do paciente para a consulta. Noções de Anatomia e Fisiologia Bucal. Cavidade bucal: componentes e estruturas anatômicas. Anatomia dental: classificação e função dos dentes; nomenclatura e notação dentária. Educação em Saúde Bucal: individual e coletiva. Cárie dentária, doenças periodontais e câncer bucal: conceito, etiologia, medidas de controle e prevenção. Radiologia odontológica: processamento de filme radiográfico, montagem e arquivamento de películas radiográficas e proteção radiológica. Sistema Único de Saúde e Política Nacional de Saúde Bucal. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA. Serviços Odontológicos: prevenção e controle de riscos. Brasília: ANVISA, 2006. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica, nº 17. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008. Regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal - TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal - ASB. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 26 dez. 2008. CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA - CFO, Código de Ética Odontológica. Resolução CFO-118, de 11 de maio de 2012. LOBAS, C. F. S. et al. TSB e ASB - Odontologia de Qualidade. 2ª ed. São Paulo: Santos, 2010. http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_bucal.pdf; <http://cfo.org.br/website/>.

2.5. AUXILIAR DE TRANSPORTE ESCOLAR

I - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Primeiros socorros aos alunos. Outras tarefas auxiliares. Telefones de emergência: Pronto Socorro, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Sinalização de trânsito, uso do cinto de segurança. Conhecimentos e manuseio de extintor de incêndio de autos. Conhecimentos básicos da função baseada nas seguintes atribuições da função: Cuidar da segurança do aluno durante o transporte escolar; inspecionar o comportamento dos alunos durante o transporte escolar; orientar alunos sobre regras e procedimentos, regimento escolar, cumprimento de horários; e ouvir reclamações; prestar esclarecimentos, sempre que solicitado, de quaisquer problemas relacionados à execução do transporte; contatar regularmente o Diretor ou responsável pela unidade escolar, ou o gestor com convenio do transporte, mantendo-o informado de quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

prejudicar o bom andamento ou o resultado final da prestação dos serviços, sem prejuízo de outras atribuições que venham a ser determinadas por seu superior imediato. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei federal 8069/90 Noções de Primeiros Socorros.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: Código Brasileiro de Trânsito, Apostila Educação Presencial (especializado para Condutores de Veículos de Transporte Escolar).

2.6. AUXILIAR DE TRANSPORTE DA SAÚDE

I - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Primeiros socorros. Outras tarefas auxiliares. Telefones de emergência: Pronto Socorro, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Sinalização de trânsito, uso do cinto de segurança. Conhecimentos e manuseio de extintor de incêndio de autos. Conhecimentos básicos da função baseada nas seguintes atribuições da função: Cuidado com a segurança durante o transporte; cumprimento de horários; e ouvir reclamações; prestar esclarecimentos, sempre que solicitado, de quaisquer problemas relacionados à execução do transporte; contatar regularmente o responsável ou o gestor com convênio do transporte, mantendo-o informado de quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final da prestação dos serviços, sem prejuízo de outras atribuições que venham a ser determinadas por seu superior imediato.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: Código Brasileiro de Trânsito, Apostila Educação Presencial (especializado para Condutores de Veículos de Transporte Escolar).

2.7. AUXILIAR DE CRECHE

I - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de higiene pessoal e no trabalho. Noções de primeiros socorros e prevenção de acidentes no ambiente escolar. Uso e cuidados com os equipamentos/objetos de seu uso no trabalho. Organização do local de trabalho. Fundamentos pedagógicos do trabalho nas creches: o educar, o cuidar e o brincar. Práticas pedagógicas com bebês. Cuidados com a criança: alimentação, higiene (trocar fraldas, banhar, escovar dentes, desfraldar), descansar/dormir, saúde, segurança. Desenvolvimento da criança de zero a três anos. A importância do brincar para o desenvolvimento da criança. Trabalho em equipe. Atividades lúdicas. Noções de nutrição. Noções de ética e cidadania. Noções básicas de relações humanas. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - Constante no Documento das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica de 2013. Caderno MEC - Brinquedos e Brincadeiras de Creches. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Direitos da criança e do adolescente: disposições preliminares; direito à vida e à saúde; direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013, disponível em: <http://portal.mec.gov.br> . BRASIL. Referencial curricular nacional para educação infantil. Brasília: MEC/Set. 1998 (Introdução,1). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> . BRASIL. Referencial curricular nacional para educação infantil. Brasília: MEC/Set. 1998 (Formação social e pessoal, 2). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> BRASIL. Referencial curricular nacional para educação infantil. Brasília: MEC/Set. 1998 (Conhecimento do mundo, 3). Disponível em:



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

<http://portal.mec.gov.br> . FREEDMAN, Adriana. O brincar no cotidiano da criança. São Paulo: Moderna, 2006. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_01.pdf . FILHO, Altino José Martins e outros. Infância Plural. Porto Alegre: Mediação, 2006. Artigo: A sutil complexidade das práticas pedagógicas com bebês - Fernanda Carolina Dias Tristão. Páginas 39 a 58. Maria Teresa González. Entre as Fraldas e as Letras. Editora Artes Médicas. 2ª Edição. Brotto, Fábio Otuzi. Jogos Cooperativos o Jogo e o esporte como um Exercício de Convivência. Editora Projeto Cooperação. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças (acessível através do site www.portal.mec.gov.br). Manuais de primeiros socorros. Outras publicações pertinentes.

2.8. ENFERMEIRO

I - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Ética e Legislação Profissional; Saúde da Família e estratégia de organização da Atenção Básica; Diagnóstico, planejamento e prescrição das ações de enfermagem; Políticas de Humanização da Assistência; Epidemiologia e vigilância em saúde; Biossegurança/Prevenção e controle da população microbiana; Programa nacional de imunização; Programas de Atenção à saúde da criança, adolescente, mulher, adulto, idoso e saúde mental; Assistência de Enfermagem na prevenção e controle de doenças infecto contagiosas (Programa Nacional de controle à Hanseníase e Programa Nacional de Controle à Tuberculose), sexualmente transmissíveis e de doenças crônicas não transmissíveis; Noções de assistência de Enfermagem nas alterações clínicas em principais situações de urgência e emergência (pré-hospitalar e hospitalar); Cuidados de Enfermagem em tratamentos de feridas e prevenção de lesões cutâneas; Princípios da administração de medicamentos e cuidados de Enfermagem relacionados à terapêutica medicamentosa; Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) - Sistemas de Classificação da Prática Profissional do Enfermeiro.

Bibliografia sugerida: Lei Federal nº. 8.080, de 19/09/1990, Lei Federal nº. 8.142, de 28/12/1990. BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos da atenção básica: saúde da criança/ Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. - Brasília: Ministério da Saúde, 2016. BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres /Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa - Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 230 p. : il. TANNURE, M. C; PINHEIRO, A. M. SAE -Sistematização da Assistência de Enfermagem: um guia prático. 2 ed. Guanabara Koogan. 312p. 2010. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica Política nacional de atenção básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006. BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 648, Política Nacional de Atenção Básica. Brasília, 28/03/2006. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Humaniza SUS: acolhimento com avaliação e classificação de risco: um paradigma ético-estético no fazer em saúde. Brasília, 2004. GONÇALVES, AM; SENA, RR. A Reforma psiquiátrica no Brasil: Contextualização e reflexos sobre o cuidado com o doente mental na família. Revista Latino-am. Enfermagem. 2001 março, 9(2): 48-55. SILVESTRE, J.A. e COSTA Neto, M.M. Abordagem do idoso em programas de Saúde da Família. In: Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(3); 839 - 84, Mai - Jun, 2003. 2. Atenção Primária. BRASIL. Ministério da



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. - Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 176 p. : il. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. - 5. ed. - Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 136 p. : il. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual dos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. - 4. ed. - Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 160 p. : il. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2011. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Tratamento diretamente observado (TDO) da tuberculose na atenção básica: protocolo de enfermagem/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2011. BRASIL, Ministério da Saúde. Guia para o Controle da Hanseníase. Cadernos de atenção Básica, n. 10. Brasília, DF, 2002. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Guia prático sobre a hanseníase [recurso eletrônico]/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. - Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 68 p. : il. BRASIL - Portaria 2048/GM - 5 de novembro de 2002 (site: <http://portal.saude.gov.br>). BRASIL. Ministério da Saúde. Políticas de educação e desenvolvimento para o SUS: caminhos para a educação permanente em saúde: Pólos de educação permanente em saúde. Brasília. MS, 2004. BRASIL. Decreto Lei 94.406/87, de 08 de Junho de 1987. Regulamenta a Lei 7.498, de 25 de Junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem e dá outras providências. Disponível: www.conrenmg.org.br.BRASIL . Portaria nº 2.529 de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre a internação domiciliar no Âmbito do SUS. BRUNNER, Lillian S.; Suddarth, Doris S. Tratado de Enfermagem. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. Vol 1, 2, 3,4. CONSELHO Federal de Enfermagem - Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. CONSELHO Federal de Enfermagem Resolução do COFEN nº 272/2002 "Dispõe sobre a sistematização da Assistência de Enfermagem". CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS. Legislação e Normas. Ano 9- nº1, setembro/2003. COREN - MG. Código de Ética e Deontologia de Enfermagem. Brasília, 2003. OLIVEIRA AC; Infecções Hospitalares - Epidemiologia, Prevenção e Controle - Editora Medsi. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Guia prático sobre a hanseníase [recurso eletrônico]/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. - Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 68 p.: il. Modo de acesso: World Wide Web: ISBN 978-85-334-2542-2 1. Hanseníase. 2. Atenção Básica. 3. Diagnóstico e Tratamento. 4. Vigilância Epidemiológica. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Manual Técnico para o Diagnóstico da Infecção pelo HIV em Adultos e Crianças/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. - Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 149 p.: il. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Manual Técnico para o Diagnóstico das Hepatites Virais/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. - Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 121 p.: il. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. - Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 248 p.: il. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Hepatite C e Coinfecções/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. - Brasília : Ministério da Saúde, 2019. 68 p.: il. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. Guia de Vigilância em saúde: volume único [recurso eletrônico]/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em saúde, Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em serviços. - 2. Ed. - Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 705 p.: il.

2.9. ENGENHEIRO CIVIL

I - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cálculo diferencial e integral. Limites e funções contínuas. Derivadas de funções algébricas e suas aplicações. Máximos e mínimos. Integrais indefinidas e suas aplicações. Probabilidade e estatística - Técnicas de amostragem. Distribuições de probabilidade. Controle estatístico de processos. Química - Estrutura de matéria. Ligação química. Química aplicada. Corrosão química e proteção. Mecânica: estática, cinemática e dinâmica dos corpos rígidos. Resistência dos materiais - Tensão e deformação. Solicitação axial (tração e compressão). Solicitação por corte (cisalhamento). Torção. Flexão. Flambagem. Energia de deformação. Desenho - Representações de forma e dimensão. Convenções e normalização. Utilização de elementos gráficos na interpretação e solução de problemas. Informática - Linguagens básicas e sistemas operacionais. Simulação e aplicações técnicas de otimização. Aplicações típicas e computadores digitais. Projeto auxiliado por computador CAD. Ciências do Ambiente - A biosfera e seu equilíbrio. Efeitos da tecnologia sobre o equilíbrio ecológico. Legislação ambiental. Mecânica dos solos e fundações - Fundamentos de geologia aplicada. Caracterização e classificação dos solos. Compactação. Prospecção geotécnica do subsolo. Tipos de fundação. Teoria das estruturas e sistemas estruturais. Conceitos básicos da análise estrutural. Estruturas isostáticas. Princípios dos trabalhos virtuais - Método da carga unitária. Teoremas gerais de energia. Método da flexibilidade. Método da rigidez. Estruturas de concreto. Estruturas de aço. Ações e segurança das estruturas. Cálculo e dimensionamento. Materiais e técnicas e construção civil - Principais propriedades dos materiais. Tecnologia dos materiais de construção civil. Dosagem e controle tecnológico dos concretos. Aços. Cimento. Aglomerantes. Agregados. Materiais cerâmicos. Vidros. Madeiras. Planejamento e controle de construções. Normas de construção, arquitetura e urbanismo. Instalações prediais, industriais e



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

agroindustriais - Projeto e orçamento. Instalações de água fria, de água quente, de vapor, de ar comprimido, de prevenção e combate a incêndios, de águas pluviais, de esgotos sanitários, de efluentes industriais, de resíduos sólidos e de GLP. Instalações eletromecânicas. Circuitos. Proteção. Segurança. Instalações de lógica e telecomunicações.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BAUER, Luiz Alfredo Falcão. Materiais de Construção 1. 3ª edição, Livros Técnicos e Científicos Editora. BEER, Ferdinand. Mecânica Vetorial para Engenheiros. McGraw-Hill, R.C., 1980. BEER, Ferdinand P., JOHNSTON, E. Russel Jr. Resistência dos Materiais. 3ª edição, Makron Books Editora. BELLEI, Ildony H. Edifícios Industriais em Aço. Ed. Pini Ltda. BROOKSHEAR, J. Glenn. Ciência da Computação. uma visão abrangente. Editora Artes Médicas, 1999. CAPUTO, Homero Pinto. Mecânica dos Solos e suas Aplicações. LTC Editora S.A. HIBBELER. Mecânica. LTC, 1999. LEITHOLD, Louis. O Cálculo com geometria analítica. Vol. 1. 2ª ed. São Paulo: Harbra, 1982. MERIAM, J.L. e KRAIGE, L.G. Estática. LTC, 1999. NORMAS TÉCNICAS. Editora Brasileira de Normas Técnicas. ABNT, NBR 6118, NBR 5677, NBR 5678, NBR 5679, NBR 6122, NBR 6123, NBR 6123, NBR 7191, NBR 7198, NBR 7678, NBR 8044, NBR 8681, NBR 8800, NBR 8977, NBR 12219, NBR 12722, Normas do CB-02 - Construção Civil. PAIVA, A. F. Estatística. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1981. SALBAUGH, Wendel H., PARSONS, Theran D. Química Geral. Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. SIHN, Leda M. Nolla e YAMAMOTO, Arisol S.S. Tsuda. Curso de AUTOCAD 2000. Básico, Vol. 1, Makron Books. SIMMONS, George F. Cálculo com geometria analítica. Vol. 1. São Paulo: McGraw-Hill, 1987. SOARES, J.F., FARIAS, A. A., CESAR, C.C. Introdução à Estatística. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. SUSSEKIND, J.C. Curso de Análise Estrutural. Vols. I, II, III, 5ª edição. Editora Globo. Curso de Concreto. Editora Globo. 32 TRIOLA, M.F. Introdução à estatística. 7ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1999. WERKEMA, M.C.C. Como estabelecer conclusões com confiança: entendendo inferência estatística. Belo Horizonte: ed. da UFMG: Fundação Christiano Ottoni, 1996, (Ferramentas de Qualidade, Ferramentas estatísticas básicas para o gerenciamento de processos). Belo Horizonte: Ed. da UFMG: Fundação Christiano Ottoni, 1995. (Ferramentas de Qualidade, 2). Legislação: Lei Federal n. 10.257/01 e Decreto Federal n. 5.031/04 - Estatuto da Cidade MINISTÉRIO DAS CIDADES. Plano Diretor participativo: guia para elaboração pelos Municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades;

2.10. FISIOTERAPEUTA

I - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Análise cinesiológica dos movimentos. Provas de função muscular. Desenvolvimento neuropsicomotor da criança. Cinesioterapia. Avaliação de postura e marcha. Avaliação e prescrição de tratamento fisioterapêutico em patologias ortopédicas, neurológicas, cardiovasculares, respiratórias, reumatológicas, dermatológicas. Prevenção de incapacidade em hanseníase. Atenção ao pé diabético. Atenção ao Idoso. Fisioterapia Preventiva. Órteses e Próteses.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BRASIL; Ministério da Saúde. Guia para o controle da hanseníase. Brasília: Ministério da Saúde, 2002 CARVALHO J. A. Amputação de Membros inferiores: em busca da plena reabilitação. São Paulo: Manole, 2003 ELLIS, Elizabeth M; ALISON, Jennifer. Fisioterapia cardiorrespiratória prática. Rio de Janeiro: Revinter, 1997 FLEHMIG, Inge. Texto e atlas do desenvolvimento normal e seus desvios no lactente: diagnóstico e tratamento precoce do nascimento até o 18º mês. São Paulo: Atheneu, 2000 FREITAS, Elizabete Viana de. Tratado de geriatria e gerontologia. Rio de Janeiro Editora Guanabara Koogan 2002 GOULD, James A. Fisioterapia na ortopedia e na medicina do esporte. 2. ed. São Paulo: Manole, 1993 HALL, SUSAN . Biomecânica Básica. 4 ed. Rio de Janeiro Editora Guanabara Koogan



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

2005 HAMILL, Joseph; KNUTZEN, Kathleen M. Bases biomecânicas do movimento humano. São Paulo: Manole, 1999 HOPPENFELD, Stanley; HUTTON, Richard. Propedêutica ortopédica : coluna e extremidades. São Paulo: Atheneu, c2002 KENDALL, Henry Otis; KENDALL, Florence Peterson; WADSWORTH, Gladys Elizabeth. Musculos: provas e funções. São Paulo: Manole, 1995 KISNER, Carolyn; COLBY, Lynn Allen. Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas. 4.ed. Barueri: Manole, 2005 KOZAK, George P. Tratamento do pé diabético. Rio de Janeiro: Interlivros, 1996 MAGEE, David J. Avaliação musculoesquelética. São Paulo: Manole, 2002 Organização Mundial da Saúde; Organização Pan-Americana de Saúde. CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. São Paulo: EDUSP, 2003. PICKLES, Barrie. Fisioterapia na terceira idade. 2. ed. São Paulo: Santos, 2000. SOUZA, Elza Lúcia Baracho Lotti de. Fisioterapia aplicada à obstetrícia : aspectos de ginecologia e neonatologia. 3.ed. São Paulo: Medsi, 2002. SALTER, Robert Bruce. Distúrbios e lesões do sistema musculoesquelético. 3. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2001 UMPHRED, Darcy Ann. Fisioterapia neurológica. 4. ed. Barueri: Manole, 2004

2.11. FONOAUDIÓLOGO

I - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Audiologia: sistema auditivo: desenvolvimento das habilidades auditivas; avaliações auditivas; habilitação e reabilitação dos distúrbios da audição; seleção e adaptação de próteses auditivas. Voz: anatomia da laringe; fisiologia da produção vocal; classificação; avaliação e tratamento fonoaudiológico das disfonias. Motricidade orofacial: desenvolvimento das funções estomatognáticas; avaliação, diagnóstico e tratamento fonoaudiológico em motricidade oral - disfagias, respiradores orais, síndromes. Fala: alterações de fala - disartrias, dispraxias, distúrbios articulatorios. Linguagem: aquisição; desenvolvimento; alterações; avaliação e intervenção fonoaudiológica nas linguagens oral e escrita. Gagueira. O trabalho da Fonoaudiologia na Saúde Mental. A Reforma Psiquiátrica no Brasil.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: FERREIRA, L.P.; BEFI-LOPES, D.M.; LIMONGI, S.C.O. Tratado de Fonoaudiologia. São Paulo: Roca, 2004. KATZ, J. Tratado de Audiologia Clínica. 4ª ed. São Paulo: Manole, 1999. RUSSO, I.C.P.; MOMENSOHN, M.T. A Prática da Audiologia Clínica. 4ª ed. São Paulo: Cortêz Editora, 1993. BEHLAU, M.S. O Livro do Especialista-volume I. Rio de Janeiro: Revinter, 2001. PINHO, S.M. Fundamentos em Fonoaudiologia - Tratando os distúrbios da voz. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. MARCHESAN, I.Q. Fundamentos em Fonoaudiologia - aspectos clínicos da motricidade oral. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. ZORZI, J.L. A intervenção fonoaudiológica nas alterações da linguagem infantil. Rio de Janeiro: Revinter, 1999. ZORZI, J.L. Aprendizagem e distúrbios da linguagem escrita: questões clínicas e educacionais. Porto Alegre: Artmed, 2003. JAKUBOVICZ, R.; CUPELLO, R.C.M. Introdução à afasia; elementos para o diagnóstico e terapia. 6ª ed. Rio de Janeiro: Revinter, 1996. Organização Mundial da Saúde; Organização Pan-Americana de Saúde. CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. São Paulo: EDUSP, 2003. Abou-Yd M, Lobosque AM. A cidade e a loucura: entrelaces. In: Dos Reis e AT et al (org). Sistema Único de Saúde em Belo Horizonte: Reescrevendo o público. Xamã Editora, São Paulo, 1998. Leis estaduais nº 11.802, de 18/01/95 e nº 12.684, de 01/12/97 Disponível no site da Assembleia Legislativa <http://www.almg.gov.br> link legislação mineira. Coordenação de Saúde Mental. Secretaria Municipal de Saúde. Atenção à Saúde Mental da Criança e do Adolescente: trajetória de construção de uma política. In: Sirimim. Ano IV, nº 1, janeiro/abril 2005. Disponível no Centro de Educação em Saúde Rua Frederico Bracher Júnior 103/3º - Carlos Prates Fernandes, F.D.F.; Patorello L.M.; Scheur, C. Fonoaudiologia em distúrbios psiquiátricos na infância. São Paulo, 1995. Louise Editora Cirino, Oscar. Psicanálise e Psiquiatria com crianças: desenvolvimento ou



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

estrutura? Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2001. Disponível em: autentica@autenticaeditora.com.br Flehmig, Inge. Desenvolvimento normal e seus desvios no lactente. Diagnóstico e tratamento precoce do nascimento até o 18º mês. Edições Ateneu, Livraria Ateneu, Rio de Janeiro, 1987.

2.12. MÉDICO - PSF

I - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Ética e legislação profissional. Medicina baseada em evidências. Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, clínica, tratamento e prevenção das doenças cardiovasculares. Insuficiência cardíaca, insuficiência coronária, arritmias cardíacas, doença reumática, aneurismas da aorta, insuficiência arterial periférica, trombozes venosas, hipertensão arterial, choques: pulmonares: insuficiência respiratória aguda e crônica, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, pneumonia, tuberculose, tromboembolismo pulmonar, pneumopatia intestinal, neoplasias. Doenças do sistema digestivo: gastrite e úlcera péptica, colecistopatias, diarreia aguda e crônica, pancreatites, hepatites, insuficiência hepática, parasitoses intestinais, doenças intestinais inflamatórias, doença diverticular do cólon, tumores de cólon. Doenças renais: insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrólíticos e do sistema ácido base, nefrolitíase. Infecções urinárias. Metabólicas e do sistema endócrino: hipovitaminoses, desnutrição, diabetes mellitus, hipotireoidismo, hipertireoidismo, doenças da hipófise e da adrenal. Hematológicos. Anemias hipocrômicas, macrocíticas e hemolíticas, anemia aplástica, leucopenia, púrpuras, distúrbios de coagulação, leucemias e linfomas, acidentes de transfusão. Doenças reumatológicas. osteoartrose, doença reumatoide juvenil, gota, lúpus eritematoso sistêmico, artrite infecciosa, doenças do colágeno. Doenças neurológicas: coma, cefaleias, epilepsia, acidente vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, encefalopatias. Doenças psiquiátricas: alcoolismo, abstinência alcoólica, surtos psicóticos, pânico, depressão. Doenças infecciosas e transmissíveis: sarampo, varicela, rubéola, difteria, tétano, raiva, febre tifóide, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis, IDS, doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose, leptospirose, tracoma, estreptococcias, doença meningocócica, infecções por anaeróbicos, toxoplasmose, viroses. Doenças dermatológicas: escabiose, pediculose, dermatofitoses, eczema, dermatite de contato, onicomicoses, infecções bacterianas. Imunológicas: doenças do sono, edema angioneurótico, urticária, anafilaxia. Doenças ginecológicas: doença inflamatória pélvica, câncer ginecológico, leucorréias, câncer de mama, intercorrências no ciclo gravídico. Dermatologia na atenção básica. Noções de vigilância epidemiológica. Hepatite B. Fisiologia do envelhecimento. Neuropsicopatologias: demência, depressão, delirium. Particularidades do sistema cardiovascular do idoso. Exames complementares invasivos e não-invasivos de uso corriqueiro na prática clínica diária. Preenchimento da declaração de óbito.

Bibliografia Sugerida: Lei Federal nº. 8.080, de 19/09/1990, Lei Federal nº. 8.142, de 28/12/1990, Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Prevenção clínica de doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renais/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 56 p. - (Cadernos de Atenção Básica; 14) (Série A. Normas e Manuais Técnicos) Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial - Sociedade Brasileira de Cardiologia, Sociedade Brasileira de Nefrologia, Sociedade Brasileira de Hipertensão - 2006 Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Prevenção clínica de doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renais/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. Manual de Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis/Ministério da Saúde, Secretaria



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e AIDS. Brasília: Ministério da Saúde. 2005. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Alimentação saudável para a pessoa idosa: um manual para profissionais de saúde/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 36 p. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diabetes Mellitus/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 64 p. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. 8. ed. rev. - Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Manual de Atenção à Mulher no Climatério/Menopausa/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. - Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 192 p. BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres/Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa - Brasília: Ministério da Saúde, 2016. CECIL. Tratamento de Medicina Interna. Bennett/PLUM. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996. HARRISON. Medicina Interna. Fauci/Braunwald. Ed. Nc Graw Hill, 1998. Starfield, Barbara. Atenção Primária entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília UNESCO, Ministério da Saúde. 2002. CASTRO, Abílio José Ribeiro de Protocolos clínicos para unidades básicas de saúde/organizado por Abílio José Ribeiro de Castro e Maria Emi Shimazaki . - Belo Horizonte : Escola de Saúde Pública, 2006. 240 p. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas: volume 3 / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. - Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 604 p. : il. BRASIL. Ministério da Saúde. Ginecologia [recurso eletrônico]/Ministério da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Brasília : Ministério da Saúde, 2016. 22 p.: il. (Protocolos de encaminhamento da atenção básica para a atenção especializada; v. 4). BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. - Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 176 p.: il. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. - 5. ed. - Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 136 p.: il. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual dos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais /Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. - 4. ed. - Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 160 p.: il. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2011. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Tratamento diretamente observado (TDO) da tuberculose na atenção básica: protocolo de enfermagem/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. - Brasília : Ministério da Saúde, 2011. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Manual Técnico para o Diagnóstico da Infecção pelo HIV em Adultos e Crianças/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. - Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 149 p.: il. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Manual Técnico para o Diagnóstico das Hepatites Virais/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. - Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 121 p.: il. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Protocolo Clínico e Diretrizes



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. - Brasília : Ministério da Saúde, 2019. 248 p.: il. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Hepatite C e Coinfecções/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. - Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 68 p.: il. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. Guia de Vigilância em saúde: volume único [recurso eletrônico]/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em saúde, Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em serviços. - 2. Ed. - Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 705 p.: il.

2.13. MÉDICO PSQUIATRA

I - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Psiquiatra Adulto • Semiologia, psicopatologia e nosologia psiquiátricas. • Políticas de saúde mental no Brasil. • Legislações em saúde mental: A Lei de 1934, o Projeto de Lei Nacional do Deputado Paulo Delgado, A Lei Estadual 11.802 e seu Projeto de Regulamentação. • Terapêuticas: psicofarmacologia, psicoterapias, psicanálise. • As urgências psiquiátricas. • Noções em epidemiologia.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: ALMEIDA FILHO, N. SANTANA, V.MARI J. Princípios de Epidemiologia para Profissionais de Saúde Mental. Brasília, Ministério da Saúde, 1989 DELGADO, P. G. As Razões da Tutela. Rio de Janeiro, Editora T Corá, 1992. DELGADO, Paulo G. G. Reforma Psiquiátrica e Cidadania: O Debate Legislativo. In: Saúde em Debate. Número 35, Julho, 1992 KAPLAN, Harold, Tratado de Psiquiatria - 6a ed Porto Alegre: Artes Médicas, 1999 Jaspers, K. Psicopatologia Geral, Livraria Atheneu- RJ, SP, 1985 FREUD, S. Rio de Janeiro, Imago, ESB, A Perda da Realidade na Neurose e na Psicose. Volume XIX Artigos sobre técnica, vol: XII SCHATZBERG e COLE. Manual de Psicofarmacologia Clínica. Porto Alegre: Artes Médicas, 4a Edição, 2003 . Leis: A Legislação Psiquiátrica Vigente. 1934. O Projeto de Lei Nacional de Reforma Psiquiátrica (Deputado Paulo Delgado). A Lei Estadual 11.802/95 (Minas Gerais). Propostas de Regulamentação da Lei 11.802/95, elaborada pela Comissão Técnica Especial, de 20/06/95. TUNDIS, S. A e COSTA, N. R. Cidadania e Loucura: Políticas de Saúde Mental no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1987. Introdução e Capítulo I. CID 10, Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas - Porto Alegre: Artes Médicas, 1993 GUIDELINES, APA. Compêndio 2004- Porto Alegre: Artmed, 2005. Psiquiatria Infantil: • A legislação em vigor. • A intercessão da pedagogia com a psiquiatria infantil. • A psicanálise na criança, no adolescente e em suas famílias • Epidemiologia em saúde mental infantil. • Semiologia, classificação, urgências e psicofarmacoterapia em psiquiatria infantil.

2.14. MOTORISTA I

I - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Legislação e regras de circulação: Legislação e sinalização de trânsito. Normas gerais de circulação e conduta. Sinalização de trânsito. Direção defensiva. Primeiros Socorros. Proteção ao meio ambiente. Noções de mecânica básica, operação e manutenção preventiva dos equipamentos automotivos de veículos. Código de Trânsito Brasileiro. Instrumentos e ferramentas. Eletricidade de autos, sistema de funcionamento dos componentes dos equipamentos: leitura de painel, nível de óleo, água, condições de freio e pneus. Diagnóstico de falhas funcionamento dos



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

equipamentos. Lubrificação e conservação do veículo. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 24 set. 1997. Disponível em: Acesso em: 30 de janeiro de 2019. CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito: sinalização vertical de regulamentação. v. 1. Brasília: CONTRAN, 2007. CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito: sinalização vertical de advertência. v. 2. Brasília: CONTRAN, 2007. Disponível em: Acesso em: 30 de janeiro de 2019. CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito: sinalização vertical de indicação. v. 3. Brasília: CONTRAN, 2014. Disponível em: Acesso em: 30 de janeiro de 2019. CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito: sinalização horizontal. v. 4. Brasília: CONTRAN, 2014. Disponível em: Acesso em: 30 de janeiro de 2019. CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito: sinalização semafórica. v. 5. Brasília: CONTRAN, 2014. Disponível em: Acesso em: 30 de janeiro de 2019. DAMATTA, R. Fé em Deus e pé na tábua! Editora Rocco, 2010. DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN. Direção defensiva: Trânsito seguro é um direito de todos. Brasília: DENATRAN, 2005. Disponível em: Acesso em: 30 de janeiro de 2019. DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN. 100 Anos de Legislação de Trânsito no Brasil: 1910 - 2010. Brasília: Ministério das Cidades, 2010. Disponível em: Acesso em: 30 de janeiro de 2019. Apostila Educação Presencial (especializado para Condutores de Veículos de Transporte Escolar).

2.15. NUTRICIONISTA

I - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Regulamentação das atividades do profissional de Nutrição. • Características sensoriais, físico-químicas, nutricionais e higiênico-sanitárias dos alimentos. • Métodos de avaliação e efeitos das diversas modalidades de aquisição, seleção, armazenamento, pré-preparo, preparo e conservação da qualidade nutricional dos alimentos. • Higienização e sanitização dos alimentos, utensílios e equipamentos. • Doenças veiculadas por alimentos e microrganismos patogênicos de importância em alimentos. • Energia e nutrientes: definição, classificação, propriedades, funções, digestão, absorção, metabolismo, biodisponibilidade, requerimentos, recomendações e fontes alimentares. • Definição, fundamentação e característica da dieta normal e suas modificações. • Alimentação e nutrição nos diferentes grupos etários e para aqueles nutricionalmente vulneráveis. • Avaliação nutricional de indivíduos e comunidades: tipos, conceitos, material e métodos, interpretação e aplicabilidade dos resultados. • Nutrição clínica: Patologia da nutrição e dietoterapia nas doenças nutricionais. Assistência dietoterápica hospitalar, ambulatorial e em consultórios de nutrição e dietética. • Saúde coletiva e nutrição: programas de aplicação e nutrição, atenção primária e educação em saúde, epidemiologia dos problemas nutricionais brasileiros, Política Nacional de Alimentação e Nutrição, situação alimentar e nutricional no Brasil e segurança alimentar. • Educação nutricional: conceitos, objetivos, metodologias e aspectos sociais, econômicos e culturais, planejamento, organização, implementação e avaliação de programas de educação nutricional. • Alimentação coletiva: conceitos básicos da administração geral e sua aplicação a Unidade de Alimentação e Nutrição, planejamento e operacionalização de cardápios, tipos e sistema de serviços, 36 planejamento físico funcional, controle e avaliação de recursos humanos, financeiros e de materiais, higienização, segurança e ergonomia no trabalho. • Legislação relacionada à área de Nutrição e alimentos.



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BORSOI, Maria Ângela. Nutrição e dietética: noções básicas. 11.ed. São Paulo:Senac São Paulo, 2004. 78 p. (Apontamentos Saúde) CUPPARI, Lillian. Guia de nutrição: nutrição clínica no adulto. 2. ed. Barueri: Manole, 2005. 474 p. (Guias de medicina ambulatorial e hospitalar.) ESCOTT-STUMP, Sylvia; MAHAN, L. Kathleen. Krause. Alimentos, nutrição & dietoterapia 11 ed. São Paulo: 2003. EUCLYDES, Marilene Pinheiro. Nutrição do lactente: base científica para uma alimentação saudável. 3. ed Viçosa: [S.n.], 2005. 551p. GOUVEIA, Enilda L. Cruz. Nutrição: saúde e comunidade. 2. ed., rev. amp. Rio de Janeiro: Revinter, 1999. 247 p. ORNELLAS, Lieselotte H. Técnica dietética: seleção e preparo de alimentos. 8.ed., rev. ampl. São Paulo: Atheneu, 2007. 276 p. PHILIPPI, Sonia Tucunduva. Nutrição e técnica dietética. 2.ed., rev. e atual. Barueri: Manole, 2003. 390 p.

2.16. ODONTÓLOGO – PSF

I - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Prática odontológica baseada na promoção de saúde: epidemiologia das doenças bucais, educação para a saúde e métodos preventivos. Política Nacional de Saúde e Sistema Único de Saúde. Saúde da Família. Biossegurança em odontologia: técnicas de acondicionamento, desinfecção e esterilização do material e ambiente; doenças ocupacionais, controle de infecção, medicamentos. Semiologia: Anamnese, métodos e técnicas de exame, diagnóstico, plano de tratamento. Radiologia: Técnicas, princípios, indicações, contraindicações, vantagens e desvantagens dos diversos métodos de diagnóstico por imagem utilizados na Odontologia (radiografias convencionais intra e extra bucais, tomografia computadorizada, ressonância magnética, entre outros), equipamentos, interpretação e diagnóstico por imagem. Estomatologia: patologias intra e extraósseas da cavidade bucal - características clínicas, diagnóstico e tratamento. Manifestações bucais de doenças sistêmicas. Câncer bucal: fatores de risco, prevenção e detecção precoce; lesões cancerizáveis. Doenças transmissíveis. Farmacologia e terapêutica: bases farmacológicas da terapêutica medicamentosa em odontologia; prevenção e controle da dor; uso clínico de medicamentos; mecanismos de ação e efeitos tóxicos dos fármacos, receituário. Anestesiologia: considerações anatômicas da cabeça e pescoço; técnicas e soluções anestésicas; Acidentes: risco e prevenção; indicações, contraindicações e emergências. Cariologia: epidemiologia, diagnóstico, patologia e prevenção da cárie dentária.

Dentística: princípios gerais dos preparos de cavidade, nomenclatura e classificação das cavidades, preparo de cavidades para restaurações metálicas e estéticas, materiais restauradores, cimentos e bases protetoras, proteção do complexo dentina-polpa. Endodontia: topografia da cavidade pulpar e periápice - diagnóstico e tratamento das alterações pulpares e periapicais; traumatismos e emergências, materiais utilizados. Periodontia: diagnóstico, plano de tratamento, doenças periodontais. • Prótese: diagnóstico, plano de tratamento, técnicas, materiais, prótese fixa e removível. Cirurgia: procedimentos cirúrgicos de pequeno e médio porte; urgências e emergências. Traumatismo. Odontopediatria: diagnóstico e tratamento das afecções bucais em crianças e adolescentes, anomalias do desenvolvimento. Atendimento paciente com necessidades especiais. Dieta, selantes, fluoterapia, ART. Ortodontia: Crescimento. Fundamentos e aplicações clínicas. Exame ortodôntico e ortopédico facial. Condutas preventivas e interceptoras em Ortodontia e Ortopedia Facial; Oclusão: Anatomia do sistema mastigatório e biomecânica. Desenvolvimento da oclusão, fundamentos biológicos, classificação das máis-oclusões. Prótese: fixa, total e removível - exame, planejamento, moldagem, técnica e materiais, provisórios, núcleos metálicos e pré-fabricados, delineador e delineamento remontagem, regras para planejamento de classes I;II;III e IV de Kennedy, prova do metal, moldagem funcional, personalização da mesa do A.S.A., infraestrutura, soldagem, cimentação, montagem de dentes, prótese total imediata, fase laboratorial, noções de prótese sobre implante, modalidades de tratamento,



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

indicação e contra-indicação, componentes da prótese sobre implante. Disfunção Temporomandibular: diagnóstico, classificações das DTM, plano de tratamento, hábitos bucais deletérios. Ética em odontologia e trabalho em equipe.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: ALMEIDA, MAO; QUINTÃO, CCA; CAPELLI Jr, J. Ortodontia: fundamentos e aplicações clínicas. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2008. ANDRADE E.D. Terapêutica Medicamentosa em Odontologia. 2. Ed. BRASIL. Ministério da Saúde. A política nacional de saúde bucal no Brasil: resgate de uma conquista histórica. 2006. Disponível em: BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal, 2004. Disponível em: SES. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. Atenção em Saúde Bucal. Disponível em: BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica - Saúde Bucal, v. 17. Disponível em: www.saude.gov.br/bucal BARATIERI, L. N. et al. Dentística. Procedimentos preventivos e restauradores. São Paulo: Santos, 2001. BUSATO, ALS. Dentística: Filosofia, Conceitos e Prática Clínica. São Paulo: Ed. Artes Médicas, 2005, 377p COHEN, S.P. Caminhos da Polpa - 9 ed. Elsevier. CROMG: Código de Ética dos Profissionais de Odontologia. DE DEUS, Quintiliano Diniz. Endodontia. 5. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1992. FREITAS, A.; ROSA, J.E.; SOUZA, I.F. Radiologia odontológica. 4. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2000. GOODMAN, Louis Sanford; GILMAN, Alfred. As bases farmacológicas da terapêutica. 10. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2003. GUEDES PINTO, A.C. Odontopediatria. 5. ed. São Paulo: Santos, 1998. 79 ASH, M.M.; RAMFJORD, S.P. Oclusão. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996. GUIMARÃES JR. Jayro. Biossegurança e controle de infecção cruzada em consultórios. São Paulo: Santos, 2001. LINDHE, J. Tratado de periodontia clínica e implantologia oral. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. MALAMED, Stanley F. Manual de anestesia local. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. MISCH, E. Carl. Implantes dentais contemporâneos. São Paulo: Elsevier, 2009. MONDELLI, J. et al. Fundamentos de dentística operatória. São Paulo: Santos, 2006. OKESON, Jeffrey P. Tratamento das desordens temporomandibulares e oclusão. 6. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2008. SILVA, LCP; CRUZ, RA. Odontologia para pacientes com necessidades especiais. Protocolo para o atendimento clínico. São Paulo: Santos, 2009. 52 NEVILLE BW; DAMM DD; ALLEN CM; BOUQUOT JE - Oral & Maxillofacial Pathology. W.B. Saunders Company. Philadelphia, 1 ed., 1995. SONIS, S.T.; FAZIO, R.C.; FANG, L. Princípios e prática de medicina oral. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996. PEREIRA. Odontologia em Saúde Bucal. 1ª Ed. 2003 ED. ARTES MÉDICAS. PINTO, Vitor Gomes. Saúde Bucal Coletiva. 3ª ed. 2008. ED. SANTOS PETERSON, Larry J. Cirurgia oral e maxilofacial contemporânea. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. PHILLIPS, R. W. Skinner materiais dentários. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993. THYLSTRUP, A. e FEJERSKOV, O. Cariologia clínica. 3. ed. São Paulo: Santos, 2001. TODESCAN, Reynaldo. Atlas de prótese parcial removível. São Paulo: Santos (Grupo GEN), 2009. WHAITES, Eric. Princípios de radiologia odontológica. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003. 444p. ISBN 8536302453 WHITE SC & PHAROAH MJ - Oral Radiology - Principles and Interpretation. Mosby, St. Louis, 4 ed., 2000

2.17. OPERADOR DE MÁQUINAS

I - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Código de Trânsito Brasileiro, Conhecimentos gerais sobre máquinas e equipamentos: preparativos para funcionamento da máquina, parada do motor, combustível, fluídos e lubrificantes. Compartimento do operador, principais controles de operação, controles da caixa de mudanças, instruções para o manejo da máquina, painel de controle. Noções de mecânica pesada: manutenção e lubrificação, principais pontos de lubrificação, tabelas de manutenção periódica, componentes mecânicos da máquina. Procedimentos de segurança. Sistemas veiculares: de alimentação, de arrefecimento, de direção, de exaustão, de frenagem, de suspensão, de transmissão



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

e elétrico. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: Código Brasileiro de Trânsito.

2.18. PEDAGOGO

I - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Legislação • Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96 e suas alterações. • Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/1990 (ECA). • Constituição da República Federativa do Brasil (Art. 205 a 214). • Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006, publicada em 20/12/2006. • Lei nº 11.494, de 20/6/2007, publicada em 21/6/2007. • Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Decreto Federal 5154/2004. • Lei 11.114, de 16/05/2005 e Lei nº 11.274, de 06/02/2006, que alteram a Lei nº 9394/1996, tornando obrigatório o ensino fundamental de 9 anos. • Declaração de Salamanca, Espanha, 2004. • BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Plano de Desenvolvimento da Educação - Prova Brasil ensino fundamental: Língua Portuguesa Conteúdo Específico • Teoria da aprendizagem. Epistemologia genética de Jean Piaget. Perspectiva sociointeracionista de Vigotsky. • O fracasso escolar: abordagens atuais. • Concepções de avaliação: Funções da avaliação diagnóstica, formativa e somativa. • Alfabetização e letramento. Práticas da Língua Portuguesa: leitura, produção e escrita do texto, análise linguística e sistematização do código. Intencionalidade da avaliação no processo de apropriação e produção do conhecimento. • Educação infantil na perspectiva histórica. Papel social da educação infantil. Educar, cuidar e brincar na Educação Infantil. • Fundamentos da Educação: relação educação e sociedade (dimensões filosófica, sociocultural e pedagógica). • A educação na perspectiva de Paulo Freire. • O Pedagogo na Escola. Liderança e relações humanas no trabalho: tipos de liderança; mecanismos de participação; formas organizativas facilitadoras da integração grupal. Atuação do pedagogo e sua articulação com os demais profissionais da escola na perspectiva da qualidade da educação. • O Conselho Escolar: propósitos e funcionamento. • Gestão escolar e participação da família na vida escolar. Organização do Trabalho Pedagógico na Escola Pública. O processo de planejamento: concepção, dimensões, níveis e importância. O ano letivo e o calendário escolar. O planejamento de ensino em seus elementos constitutivos: objetivos e conteúdos de ensino, métodos e técnicas; multimídia educativa e avaliação da aprendizagem. • A proposta pedagógica da escola: concepção, princípios, eixos norteadores, construção, acompanhamento e avaliação. Os planos de ensino. • O currículo como referência para o desenvolvimento do processo pedagógico • Educação Inclusiva: fundamentos, conceito, princípios, recursos pedagógicos e a adaptação curricular.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação e Pedagogia. Geral e Brasil. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2008. CANDAU, Vera Maria (Org.). A didática em questão: 25. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2005. CHAUI, Marilena. Introdução à Filosofia: dos Pré-Socrátes a Aristóteles. 2. ed.rev., São Paulo: Companhia das Letras, 2006. COLL, César, PALÁCIOS, Jesus & MARCHESI, Álvaro. Desenvolvimento Psicológico e Educação: psicologia da Educação Escolar. Vol. 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 05 ex. FARIAS, Isabel Maria Sabino de et al. Didática e docência: aprendendo a profissão. Brasília: Liber Livro, 2009. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 2007 - FREIRE. Paulo, Medo e ousadia, 12 ed. Paz e Terra: São Paulo, 2008 FERREIRO, Emília. Psicogênese da língua escrita. Artes Médicas, Porto Alegre, 1999 - 22 HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 2003. LA TAILLE, Y. de . Limites:



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

três dimensões educacionais. São Paulo: Ática, 1998. LIBÂNEO, José C. Pedagogia e Pedagogos, para quê? 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999. TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. LÈVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio: Editora 34, 1994. PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e resistência. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990. SACRISTÁN, J.G. O Currículo: uma Reflexão sobre a Prática. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto político-pedagógico. Campinas: Papyrus, 2002, 7 ed.

2.19. PROFESSOR PI

I - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A função da educação infantil no mundo contemporâneo. • O processo de desenvolvimento e aprendizagem nos primeiros anos de vida: formação pessoal e social; conhecimento do mundo. • Educação e diversidade cultural: implicações no cotidiano da escola. • Concepções de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita: Alfabetização e letramento; a construção do sentido da leitura e da escrita; relação leitor-texto-autor. • Metodologias de alfabetização: um novo olhar sobre ensino e aprendizagem. • Educação matemática: perspectivas atuais. • Objetivos do ensino da matemática na escola fundamental. • Construção de conceitos matemáticos. • Aspectos metodológicos do ensino da matemática: jogos e materiais concretos, resolução de problemas, investigações matemáticas na sala de aula. • Perspectivas históricas e atuais da Educação Científica. • O conteúdo de Ciências Naturais no ensino fundamental - novos parâmetros curriculares. • Aspectos metodológicos do ensino de Ciências Naturais. • Fundamentos filosóficos, sociais e legais da História e da Geografia no ensino fundamental. • Parâmetros Curriculares de História e Geografia. • Metodologias para o ensino de História e Geografia no ensino fundamental.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: ALMEIDA, Rosângela; PASSINI, Elza Yasuko. O Espaço Geográfico: ensino e representação. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2000. BRAGA, Magda Friche; MOREIRA, Moacir Alves. Metodologia de Ensino: ciências físicas e biológicas. Belo Horizonte: Lê: Fundação Helena Antipoff, 1997. BRASIL, MEC. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 2000. Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História e Ciências. BRASIL. MEC. Referências Curriculares Nacionais da Educação Infantil. CHAKUR, Cilene Ribeiro de Sá Leite. Problemas da educação sob o olhar da psicologia. São Paulo: UNESP, 2001. CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização sem o bá-be-bi-bo-bu. São Paulo: Scipione, 1998. CENTURIÓN, Marília. Conteúdo e metodologia da matemática: números e operações. São Paulo: Scipione, 1994. D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Etnomatemática - elo entre as tradições e a modernidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. DAYRELL, Juarez. (org.) Múltiplos olhares sobre a educação e cultura. Belo Horizonte, UFMG, 1996 DEBORTOLI, José Alfredo. As crianças e a brincadeira. In: CARVALHO, A et al. Desenvolvimento e Aprendizagem. Belo Horizonte, UFMG, 2002. DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria Castanho Almeida. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002. EVANGELISTA, Aracy Alves Martins et. al. Professor/Leitor. Aluno/Autor: reflexão sobre a avaliação do texto escolar. Cadernos. CEALE. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. KAMII, Constance. A criança e o número: implicações educacionais da Teoria de Piaget para a atuação junto a escolares de 4 a 6 anos. 30ª ed. Campinas: Papyrus, 2003. KAMII, C. Jogos em grupo na educação infantil: implicações da teoria de Piaget. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991. KATO, Mary. A concepção da escrita pela criança. Campinas: São Paulo: Pontes, 1988. LURIA, A. e YODOVICH, F. I. Linguagens e desenvolvimento



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

intelectual na criança. Trad. José Cláudio de Almeida Abreu. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985. MAGDA, Soares. Alfabetização e Letramento: um tema em três gêneros. NARDI, Roberto. Questões atuais no ensino de Ciências. São Paulo: Escrituras, 2001. NIKITIUK, Sônia L. Repensando o ensino de história. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. 24 NUNES, Carlos Alberto. Metodologia de Ensino: geografia e história. Belo Horizonte: Lê Fundação Helena Antipoff, 1997. OLIVEIRA, Martha Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. 4 ed. São Paulo: Scipione, 1997. OLIVEIRA, Zilma de, ANDRADE, Cyrce M.R Junqueira de. Educação infantil: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 1994. 187p. PENTEADO, Heloisa Dupas. Metodologia do ensino de história e geografia. São Paulo: Cortez, 2001. PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A criança na fase inicial da escrita: alfabetização como processo discursivo. 6. ed. São Paulo: Cortez, Campinas, 1993.

2.20. PROFESSOR PII - EDUCAÇÃO FÍSICA

I - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Educação Física e inclusão escolar; Fisiologia do exercício para saúde, aptidão e desempenho; Legislação educacional e legislações específicas da Educação Física; Competências para ensinar e princípios pedagógicos; Planejamento das aulas de Educação Física escolar; Educação Física escolar e sua relação com temas transversais; Aspectos biopsicossociais do crescimento e desenvolvimento humano; Ensino e prática dos esportes coletivos no ambiente escolar; Ensino e prática dos esportes individuais no ambiente escolar; Avaliação na Educação Física escolar no processo ensino/aprendizagem; Treinamento esportivo nas aulas de Educação Física; Metodologia e didática no ensino da Educação Física; Metodologia de ensino das atividades físico-desportivas para pessoas com deficiência; A questão social dos jogos, brincadeiras e esportes nas aulas de Educação Física escolar; Lazer e vivências lúdicas nas aulas de Educação Física. Primeiros Socorros.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: MANTOAN, M. T. E. O desafio das diferenças nas escolas. Petrópolis: Vozes, 2010. MCARDLE, W. D.; KATCH, F. I.; KATCH, V. L. Fisiologia do exercício: nutrição, energia e desempenho humano. Traduzido por Giuseppe Taranto. 7ª ed. Rio Janeiro: Guanabara Koogan, v. 83, p. 3322, 2011. Lei 9696 de 01 de setembro de 1998 e suas alterações posteriores; SANTOS, E. F. Manual de primeiros socorros da Educação Física ao Esporte. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>. MINAS GERAIS. SEE. Currículo Referência de Minas Gerais para Educação Infantil e Ensino Fundamental. Disponível em: <<https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/>>. Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010 - Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001 - Institui diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 05 de julho de 2000 - Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. BRACHT, V. Sociologia crítica do esporte: uma introdução. Centro de Educação Física e Desportos da UFES, 1997. BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. Caderno CEDES: Corpo e Educação, n.48, p.69-88, 1999. DAOLIO, J. Da cultura do corpo. Campinas: Papyrus Editora, 1994. GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C.; GOODWAY, J. D. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. AMGH Editora, 2013. Lei Nº 9.615, de 24 de março de 1998 e suas alterações posteriores; FINCK, S. C. M. A educação física e o esporte na escola: cotidiano, saberes e formação. Curitiba: Ibpe, 2011. MINAS GERAIS. SEE. Proposta curricular. Educação Física. Educação básica, 2005. Ensino Fundamental



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

(6º ao 9º anos). Disponível em: Centro de Referências Virtual. MINAS GERAIS. SEE. Orientações pedagógicas para o ensino fundamental (6º ao 9º anos). Educação Física, 2005. Disponível em: Centro de Referência Virtual. PLATONOV, V. N. Tratado geral de treinamento desportivo. Phorte, 2008. PERRENOUD, P. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed. 2000. CALDEIRA, A. M. S. A formação de professores de Educação Física: quais saberes e quais habilidades. Revista brasileira de ciências do esporte, v. 22, n. 3, 2009. ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998. BETTI, M. Educação Física, cultura e sociedade. Lecturas Educación Física y Deportes, p. 1-9, 2012. GONZALEZ, F. J.; SCHWENGBER, M. S. V. Práticas pedagógicas em Educação Física: espaço, tempo e corporeidade. Edelbra Editora Ltda, 2012. GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. Atividade Física Adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais (2 ed.). Barueri: Manole, 2008.

2.21. PSICÓLOGO

I - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Organizações, Trabalho e Saúde Ocupacional: • Psicologia Social e Trabalho. Administração de Recursos Humanos; Gestão de pessoas; Clima organizacional; Cultura organizacional; Administração de conflitos; Saúde Ocupacional; Psicopatologia do Trabalho. • Psicologia Social, História e Epistemologia: História da Psicologia Social Moderna, Psicologia Social Latino Americana, Psicologia Social Comunitária, Psicologia Social Crítica, Teorias da Identidade. • Psicologia e Saúde Pública: Saúde coletiva; Reforma Psiquiátrica; Políticas de Saúde Mental; Assistência à Saúde; Sistema Único de Saúde (SUS), Clínica Ampliada. • Intervenções Psicossociais e Políticas Públicas: Mudança Social; Cidadania; Participação política; Movimentos Sociais; Políticas Públicas; Teorias e metodologias de intervenção com grupos; Intervenção Comunitária; Mobilização Social; Redes Sociais; Análise Institucional; Implementação, Avaliação e Monitoramento de projetos, Sistema Único de Assistência Social (SUAS) • Direitos Humanos: Pobreza e Desigualdade Social; Desigualdade étnico/racial e Racismo; Gênero e Feminismo; Violência doméstica e contra a mulher; Diversidade Sexual e homofobia; Estatuto da Criança e do adolescente; Estatuto do Idoso; Juventude e contemporaneidade; • Ética Profissional.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: AFONSO, Maria Lúcia Miranda (Org.). Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. BAREMBLITT, Gregório. Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática. RJ: Rosa dos Tempos, 1992. 204p. BRASIL. Lei Orgânica da Saúde. Lei n.º 8.080/90 de 19 de setembro de 1990. UNICEF, 1996. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e Adolescente. _____. Lei nº 11340 de 07 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha. _____. Lei 10836, de 09 de janeiro de 2004. Programa Bolsa Família. _____. Lei n. 8742 de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social. _____. Lei n. 10.741, de 01 de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz (orgs). Gestão social: o que há de novo? Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. (Volume 1). Marília Pinto de; PINTO, Regina Pahim (orgs.). Mulheres e desigualdade de Gênero. São Paulo: Contexto, 2008. (Série Justiça e Desenvolvimento/IFP-FCC). 37 CARVALHO, M. do Carmo B. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, Silvio M. (org). A família brasileira: a base de tudo. São Paulo: UNICAF, 1994. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas. 3. ed. São Paulo: Campus, 2008. CIAMPA, A.C. (1984). Identidade. In: W. Codo & S. T. M Lane (Orgs.). Psicologia social: o homem em movimento (pp. 58-75), São Paulo: Brasiliense, 1994. COSTA, Antônio Carlos Gomes da. É possível mudar: a criança, o adolescente e a família na política social do município. São Paulo; Malheiros Editores, 1993. CUNHA, Gustavo Tenório. A construção da clínica ampliada na



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

atenção básica. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. FARR, Robert M. As raízes da psicologia social moderna (1872-1954). 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. FERREIRA NETO, J. L. A formação do psicólogo: Clínica, social e mercado. São Paulo: Escuta, 2004. HALL, Calvin S.; LINDZEY, Gardner; CAMPBELL, John B. Teorias da Personalidade. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. JACQUES, Maria da Graças Corrêa; CODO, Wanderley. Saúde mental & trabalho: leituras. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - Guia de orientação n.1. Disponível em: < www.mds.gov.br > Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social. Disponível em: < www.mds.gov.br > Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Política Nacional de Assistência Social/PNAS/2004, Brasília, 2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Sistema Único de Assistência Social. Norma Operacional Básica - NOB/SUAS. Brasília, julho, 2005. PEREIRA, William César Castilho. Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática. Petrópolis: Vozes, 2001. TORO, José Bernardo; WERNECK Nísia Maria Duarte Furquim. Mobilização Social: Um modo de construir a Democracia e a Participação. Brasil: UNICEF, 1996.

2.22. TÉCNICO EM ENFERMAGEM

I - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Ética e Legislação Profissional; Saúde da Família e estratégia de organização da Atenção Básica; Processo de enfermagem; Políticas de Humanização da Assistência; Epidemiologia e vigilância em saúde; Biossegurança e prevenção e controle da população microbiana; Programa nacional de imunização; Programas de Atenção à saúde da criança, adolescente, mulher, idoso e saúde mental; Assistência de Enfermagem na prevenção e controle de doenças infecto-contagiosas (Programa Nacional de controle à Hanseníase e Programa Nacional de Controle à Tuberculose), sexualmente transmissíveis e de doenças crônicas não transmissíveis; Noções de assistência de Enfermagem nas alterações clínicas em principais situações de urgência e emergência (pré-hospitalar e hospitalar); Cuidados de Enfermagem em tratamentos de feridas e prevenção de lesões cutâneas; Princípios da administração de medicamentos e cuidados de Enfermagem relacionados à terapêutica medicamentosa.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: Lei Federal nº. 8.080, de 19/09/1990, Lei Federal nº. 8.142, de 28/12/1990, Brasil. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica Política nacional de atenção básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006. BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 648, Política Nacional de Atenção Básica. Brasília, 28/03/2006. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Humaniza SUS: acolhimento com avaliação e classificação de risco: um paradigma ético-estético no fazer em saúde. Brasília, 2004. GONÇALVES, AM; SENA, RR. A Reforma psiquiátrica no Brasil: Contextualização e reflexos sobre o cuidado com o doente mental na família. Revista Latino-am. Enfermagem. 2001 março, 9(2): 48-55. SILVESTRE, J.A. e COSTA Neto, M.M. Abordagem do idoso em programas de Saúde da Família. In: Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(3); 839 - 84, Mai - Jun, 2003. 2. Atenção Primária. BRASIL - Portaria 2048/GM - 5 de novembro de 2002 (site: <http://portal.saude.gov.br>). BRASIL. Ministério da Saúde. Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus: Protocolo; Cadernos de Atenção Básica nº 7. Brasília, 2001. 14 BRASIL. Ministério da Saúde. Políticas de educação e desenvolvimento para o SUS: caminhos para a educação permanente em saúde: Pólos de educação permanente em saúde. Brasília. MS, 2004. BRASIL. Decreto Lei 94.406/87, de 08 de Junho de 1987. Regulamenta a Lei 7.498, de 25 de Junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem e dá outras providências. Disponível: www.conrenmg.org.br. BRASIL. Portaria nº 2.529 de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre a internação domiciliar no âmbito do SUS. BRUNNER, Lillian S.; Suddarth, Doris S. Tratado de Enfermagem. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. Vol. 1, 2, 3,4. CONSELHO Federal de Enfermagem - Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. CONSELHO Federal de Enfermagem Resolução do COFEN nº 272/2002 "Dispõe sobre a sistematização da Assistência de



MUNICÍPIO DE SENADOR FIRMINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

Enfermagem". CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS. Legislação e Normas. Ano 9- nº1, setembro/2003. COREN - MG. Código de Ética e Deontologia de Enfermagem. Brasília, 2003. OLIVEIRA AC; Infecções Hospitalares - Epidemiologia, Prevenção e Controle - Editora Medsi. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Guia prático sobre a hanseníase [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. - Brasília : Ministério da Saúde, 2017. 68 p. : il. Modo de acesso: World Wide Web: ISBN 978-85-334-2542-2 1. Hanseníase. 2. Atenção Básica. 3. Diagnóstico e Tratamento. 4. Vigilância Epidemiológica. BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos da atenção básica: saúde da criança / Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. - Brasília: Ministério da Saúde, 2016. BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres / Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa - Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 230 p. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. - Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 176 p. : il. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. - 5. ed. - Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 136 p. : il. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual dos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. - 4. ed. - Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 160 p. : il. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2011. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Tratamento diretamente observado (TDO) da tuberculose na atenção básica : protocolo de enfermagem / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2011. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Manual Técnico para o Diagnóstico da Infecção pelo HIV em Adultos e Crianças / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. - Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 149 p.: il. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Manual Técnico para o Diagnóstico das Hepatites Virais / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. - Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 121 p.: il. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. - Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 248 p. : il. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Hepatite C e Coinfecções / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. - Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 68 p. : il. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. Guia de Vigilância em saúde: volume único [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em saúde, Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em serviços. - 2. Ed. - Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 705 p.: il.